

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO****EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90002/2026**

(Processo Administrativo nº 2025.0.000016935-8)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por meio da Assessoria Técnica de Licitação, sediada na Rua da Alfândega, nº 41, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, torna público que realizará a licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para registro de preços, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto nº 11.462/2023, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 8.538/2015, da IN SEGES/ME Nº 73/2022, da IN SEGES/ME Nº 116/2021 e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de março de 2026, às 11h00 (horário de Brasília).**ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:** <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>**CONTRATANTE (UASG): 070017****VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 573.360,70****CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item/grupo****MODO DE DISPUTA: aberto e fechado****TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: sim****1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para aquisição de material de marcenaria**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Os licitantes deverão SEMPRE observar as especificações contidas no Termo de Referência, considerando que pode haver divergência com a especificação constante no sistema (CATMAT).

1.2. A licitação será realizada por grupos/itens, podendo o licitante participar em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO REFERÊNCIA

ANEXO II - PROPOSTA PADRÃO

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV - QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

ANEXO V - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão informar-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O licitante se responsabilizará pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, devendo acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

2.1.3. O licitante se responsabilizará pelos atos praticados diretamente ou por representante seu, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de acesso.

2.1.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no **subitem 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, uma vez que as informações cadastrais, em especial os telefones e endereço de e-mail, poderão ser utilizados por este Tribunal para todos os fins, inclusive para envio de documentos e notificações.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP e microempreendedor individual - MEI, conforme o disposto nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e Decreto nº 8.538/2015.

2.2.1 Para todos os itens/grupos, a participação será exclusiva para ME/EPP ou equiparadas.

2.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às ME/EPP ou equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. **Não** poderão participar desta licitação:

2.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, isoladamente ou em consórcio, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.3.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos a que se refere o **subitem 2.3.2** poderá participar no apoio das atividades de planejamento, de execução da licitação ou de gestão da contratação, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos deste órgão.

2.3.2.3. O disposto no **subitem 2.3.2** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.3.3. Pessoa física ou jurídica que esteja impedido de participar de licitação e celebrar contratos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

2.3.3.1. O impedimento do subitem acima também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

2.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos **5 anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme Portaria GP TRE-RJ nº 18, de 06/03/2023.

2.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato o agente público deste órgão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

3.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.1.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o preço unitário e total por item/grupo, **fabricante e marca/modelo**, já considerados e inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.1.3. **O fornecedor pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração, nos termos do art. 5º da IN SEGES/ME Nº 116/2021.**

3.1.3.1. **O valor de que trata o subitem anterior será subtraído do preço da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).**

3.2. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

3.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.4.1 Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.5.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante enquadrado como ME/EPP ou equiparadas deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).

3.6.1 No item exclusivo para participação de ME/EPP ou equiparadas, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME/EPP ou equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), mesmo que ME/EPP ou equiparadas.

3.7. A falsidade das declarações de que tratam os **subitens 3.5 e 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu preço final mínimo quando do cadastramento da proposta, nos termos do art. 19 da IN SEGES/ME Nº 73/2022, obedecendo às seguintes regras:

3.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de preços entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o preço final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.8.3. O preço final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado, preço superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema; e

3.8.4. O preço final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para este Tribunal, podendo ser disponibilizado somente aos órgãos de controle externo e interno.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.2.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas e somente estas participarão da fase de lances.

4.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

4.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.6. O lance deverá ser ofertado pelo **preço unitário por item**.

4.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, sempre de preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (um por cento)**.

4.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

4.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

4.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

4.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

4.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no **subitem 4.10.2**, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.14. Caso haja desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.14.1. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema persistir por tempo superior a **10 minutos**, a sessão deverá ser suspensa e sua continuidade agendada respeitando o limite mínimo de **24 horas**, contados da comunicação no "chat".

5. DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a).

5.1.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.2. Em relação a itens não exclusivos para participação de ME/EPP ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.2.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de ME/EPP e equiparadas que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, inciso I, do Decreto nº 8.538/2015).

5.2.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.2.3. Nessas condições, as propostas de ME/EPP e equiparadas, que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.2.4. O licitante melhor classificado nos termos do subitem anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 minutos**, contados após a comunicação automática do sistema.

5.2.5. Caso a ME/EPP e equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais ME/EPP e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.2.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP e equiparadas, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3. O critério de desempate previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), será aplicado quando houver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, no que couber e na seguinte ordem:

5.3.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.3.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.3.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme [Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023](#);

5.3.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas brasileiras;
- b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Encerrada a fase de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

6.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado for desclassificado.

6.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.2. Será verificado, ainda, se o licitante melhor classificado atende às condições de participação previstas no **item 2**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação no certame ou sua futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS / Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União - CGU (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

6.2.1. A consulta ao CEIS será realizada no nome e no CNPJ do licitante e também no CPF do seu sócio majoritário, se houver, considerando as sanções previstas na [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.2.2. Constatada existência de sanção, o licitante será desclassificado, por falta de condição de participação.

6.2.3. Caso conste no SICAF apontamento de "Ocorrência Impeditiva Indireta" do licitante com empresa impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea, será realizada diligência para verificar indícios de fraude à Lei de Licitações, através dos seguintes meios, dentre outros :

- a) vínculos societários;
- b) linhas de fornecimento similares ou atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

6.2.4. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) consignará no “chat” as ocorrências levantadas e submeterá os autos para análise da autoridade superior, que poderá, observado o contraditório e a ampla defesa, desconsiderar a personalidade jurídica do licitante, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, para que todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica penalizada sejam estendidos ao licitante.

6.2.5. Diante da presença de indícios de ilícito, o(a) Pregoeiro(a) consignará no “chat” e submeterá os autos para análise da autoridade superior, que poderá, observado o contraditório e a ampla defesa, desconsiderar a personalidade jurídica do licitante, para que todos os efeitos da sanção aplicada à pessoa jurídica penalizada lhe alcancem, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.6. Caso haja desconsideração da personalidade jurídica do licitante, este será desclassificado, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

6.3. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP ou equiparadas, terá sua condição verificada, mediante consulta ao PNCP para verificar se os contratos celebrados pelo licitante não extrapolam o limite da Lei Complementar 123/2006.

6.3.1. Constatada a superação do limite previsto no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) concederá ao licitante a oportunidade de se manifestar com vistas a demonstrar seu correto enquadramento como ME/EPP ou equiparadas.

6.4. As propostas finais, enviadas após a etapa de lances, serão examinadas quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao(s) limite(s) unitário(s) e total(is) máximo(s) estipulado(s) no **Anexo IV** do Edital, observado o critério de julgamento de **menor preço unitário por item**.

6.4.1. No caso de licitação por grupo, a contratação posterior de item isolado, cujo preço não tenha sido o menor ofertado no certame, exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão, cabendo ao(à) pregoeiro(a) identificar tais itens.

6.5. O licitante melhor classificado deverá enviar, no prazo de **2 horas**, a contar da convocação pelo sistema, os seguintes documentos, sob pena de recusa da proposta:

6.5.1. Proposta de preços adequada ao lance final ofertado ou preço negociado, conforme **Anexo II**. Todas as especificações do objeto contidas na proposta final, tais marca, modelo, tipo, fabricante e procedência vinculam a contratada.

6.5.2. Folder, catálogo ou documentos do fabricante ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação do produto às exigências do Termo de Referência.

6.5.2.1. A exigência acima poderá ser dispensada, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando a marca e o modelo ofertados forem os mesmos indicados como referência neste Edital ou nos casos em for possível a verificação das características por outros meios.

6.5.3. Para os **itens 16 ao 22, 47 ao 58 e 62 ao 64**: Certificado de Regularidade do IBAMA do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto a esse órgão se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na validade – de acordo com o art.17 inc. I e II da Lei Federal 6938/1981, bem como instrução normativa nº 13, de agosto de 2021 do IBAMA. **Não serão aceitos certificados na área de comércio ou representação comercial;**

6.5.3.1. Para os **itens 16 ao 21, 47 ao 57 e 62 ao 64**, deverá apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 3 (Indústria Metalúrgica) ou na Categoria 4 (Indústria Mecânica);

6.5.3.2. Para o **item 22**, deverá apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 15 (Indústria Química);

6.5.3.3. Para o **item 58**, deverá apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 2 (Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos);

6.5.3.4. A apresentação do Certificado de Regularidade poderá ser dispensada, caso o pregoeiro logre êxito em obtê-lo através consulta online à página oficial do Ibama, mediante apresentação do CNPJ do fabricante do produto.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;

- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo OU inferior ao desconto definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, considera-se indício de inexequibilidade das propostas os valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade prevista acima somente será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Erros no preenchimento da(s) planilha(s) não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo estas serem ajustadas pelo fornecedor, no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

6.9. Se a proposta apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às exigências do Edital e anexos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, técnica e econômico-financeira será verificada, através de consulta ao SICAF (nos níveis de cadastro I ao VI), conforme a documentação especificada neste item.

7.1.1. É responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.1.2. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante.

7.1.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, no prazo de **2 horas**, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) ou mediante solicitação formal do licitante.

7.1.4. A verificação de documentos de habilitação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

7.2. Documentação exigida para **habilitação jurídica, conforme o caso:**

7.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente.

7.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

7.2.4. **Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.3. Documentação exigida para **habilitação fiscal, social e trabalhista:**

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União- DAU, por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).

7.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

7.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CNDT.

7.3.5. Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.3.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do 7º da Constituição Federal prestada, eletronicamente, na fase de cadastramento da proposta.

7.4. No caso de participação de cooperativas, desde que atendidos os requisitos previstos no [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#), será exigida a seguinte documentação complementar:

7.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

7.4.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.4.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.4.4. O registro previsto no [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

7.4.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.4.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.4.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.5. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal. Caso o estabelecimento não seja cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste.

7.6. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP ou equiparadas, será assegurado o prazo de **5 dias úteis** para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.

7.6.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.

7.6.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. Em caso de dúvida em relação à integridade de documento digital apresentado durante certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar o envio dos documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**, para endereço informado no **subitem 15.1** deste Edital.

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou à inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, conforme o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. Qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, de forma imediata, em campo próprio do sistema, no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a), que não poderá ser inferior a **10 minutos**, sob pena de preclusão.

8.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias úteis**, contado da data da intimação pelo sistema.

8.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões no prazo de **3 dias úteis**, contado da data da intimação pelo sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação através do e-mail: licita@tre-rj.jus.br.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerrada as fases de julgamento de habilitação e de recurso, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação da licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.3. Preliminarmente à contratação, será verificado se o licitante encontra-se regular no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, conforme determinação do art. 6º na Lei nº 10.522/2002, alterada pela Lei nº 14.973/2024.

9.3.1 A irregularidade junto ao CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

9.3.2. Constatada a irregularidade, será concedido o prazo de **5 dias úteis** para a regularização dos débitos apontados no cadastro.

9.3.3. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificada e aceita pelo TRE-RJ.

10. DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Após a fase de habilitação, até que o sistema esteja automatizado, o(a) Pregoeiro(a) convocará, via chat do sistema, os licitantes interessados em compor o cadastro de reserva da ata de registro de preços, para se manifestarem no prazo de **2 horas**, através do e-mail: licita@tre-rj.jus.br.

10.1.1. Poderão manifestar interesse os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do(s) licitante(s) vencedor(es), observada a classificação na licitação, bem como daqueles que desejarem integrar o cadastro de reserva com o preço da sua proposta original.

10.2. Homologado o resultado da licitação, o licitante adjudicatário terá o prazo de **3 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços - **Anexo III**, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada do licitante vencedor e aceita pela Administração, desde que dentro do prazo inicial.

10.2.2. A ata de registro de preços, após assinada, será disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

10.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.7. Os licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; bem como aqueles que mantiveram sua proposta original formarão o cadastro de reserva e serão incluídos na ata, na forma de anexo.

10.8.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.9.A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

10.10.Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.11.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

10.12.1.Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.12.2.Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.13. É vedada a participação deste Tribunal em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

10.4.Foi aberto o procedimento público de Intenção de Registro de Preços nº 19/2025, sem a manifestação de outros órgãos públicos em participar da referida contratação.

10.15.As demais regras referentes ao registro de preços constam da minuta de Ata de Registro de Preços - **Anexo III** do Edital.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1.As contratações, quando ocorrerem, serão formalizadas por meio de Nota de Empenho. Este documento será encaminhado para o e-mail do licitante e deverá ser aceito no prazo de **3 dias úteis**, a contar da data do envio.

11.1.1.O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificado, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo TRE-RJ.

11.1.2.Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante o uso da certificação digital ICP-Brasil.

11.1.3. O não aceite da nota de empenho, no prazo acima, implica a desistência da contratação, ficando o licitante sujeito à aplicação das sanções previstas neste Edital.

11.2.A Nota de Empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e vincula-se aos termos do Edital, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

11.2.1.O contratado/fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho.

11.3.Para fins de formalização ou prorrogação contratual, será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, se o licitante/contratado mantém as condições de participação e habilitação exigidas no edital, bem como a regularidade perante o CADIN.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1.O licitante pode ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

12.1.1.Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame.

12.1.2.Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar a documentação complementar exigida com a proposta;

12.1.3.Não celebrar o contrato ou aceitar instrumento equivalente ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.4.Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5.Fraudar a licitação.

12.1.6.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7.Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8.Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2.Para as infrações mencionadas no **subitem 12.1**, serão aplicáveis as seguintes sanções:

I - advertência, em caso de inexecução parcial do contrato e quando não se justificar sanção mais grave;

II – multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução, equivalente a 0,25%, por dia útil, sobre o valor contratado do item, não ultrapassando o limite de 10%;

III- multa administrativa, de 0,5 a 30% sobre o valor total do contrato;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de três anos, para as infrações dos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando, pela gravidade, a aplicação de multa for insuficiente;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de três a seis anos, exclusivamente para as infrações dos **subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8** e, não obstante, para as infrações dos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

12.3.A dilação de prazo, quando autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual atraso, em observância ao princípio da boa-fé.

12.4.A multa administrativa pode ser aplicada de forma isolada ou cumulativa com as demais penalidades.

12.5.A apuração de infrações ocorrerá mediante processo administrativo instaurado pela autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

12.5.1.Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

12.5.2.Na aplicação de sanções, serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias atenuantes e agravantes (inclusive os antecedentes da contratada); os danos causados à administração; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6.O procedimento que envolver possível aplicação de multa administrativa observará o seguinte:

12.6.1.Será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.6.2.Caso não existam faturas próximas suficientes para garantir eventual penalidade pecuniária ou se a gravidade da infração assim justificar, o TRE-RJ poderá acautelar até 30% do valor da fatura, condicionando a liberação do valor retido à conclusão do apuratório.

12.7.O procedimento que envolver possível aplicação de impedimento e declaração de inidoneidade observará o seguinte:

12.7.1.Será conduzido por comissão composta de dois ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o fornecedor ou o contratado para, no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.7.2.Caso o pedido de produção de novas provas seja deferido ou juntadas provas consideradas indispensáveis pela comissão, o fornecedor ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 dias úteis** contado da intimação.

12.7.3.As provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas deverão ser indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada.

12.8.A aplicação de penalidades não obsta o desconto dos valores relativos às parcelas não executadas dos serviços nem exclui a obrigação de reparação integral do dano causado.

12.9.A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras.

12.10.Após regular processo administrativo, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, conforme o caso, no CNEP e/ou no CEIS, devendo a implementação das penalidades pecuniárias observar o seguinte:

12.10.1.A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrada administrativamente, estando a contratada sujeita a juros moratórios de 1% ao mês caso não realize o respectivo recolhimento no prazo de **5 dias úteis** a contar da intimação da decisão punitiva.

12.10.2.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.11.A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, na forma do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

12.12.A reabilitação do fornecedor ou contratado exigirá, cumulativamente, as seguintes condições, em consonância com o art. 163 da Lei nº 14.133/2021:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos acima.

12.12.1.A sanção pelas infrações previstas nos **subitens 12.1.4 e 12.1.8** exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.13.Quando as circunstâncias do caso concreto e a baixa gravidade da infração e do dano justificarem, a aplicação de penalidade pode ser substituída por soluções consensuais ou de ajustamento de conduta, mediante intervenção da Assessoria Jurídica, em consonância com disposto nos art. 151 da Lei de Licitações e art. 26 da LINDB.

12.14. Nas contratações por meio do sistema de registro de preços, as infrações mencionadas no **subitem 12.1** também poderão ser aplicadas aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1.Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimento, devendo encaminhar o pedido em até **3 dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente, por meio do e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

13.2.O(A) Pregoeiro(a) decidirá sobre a impugnação ou o pedido de esclarecimento no prazo de até **3 dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3.As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema Compras.gov.br e no Portal da Transparência do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

13.4.As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.6.Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO REAJUSTE

14.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/11/2025.

14.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.

14.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1.A Assessoria Técnica de Licitação, localizada na Rua da Alfândega, nº 41, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.061-021, está disponível para atendimento ao público, em dias úteis, no horário de 11h00 a 19h00, através dos telefones: (21) 3436-8155 / 8156 / 8157 ou e-mail: licita@tre-rj.jus.br.

15.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

15.3.Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4.É facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

15.5.No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

15.6.Os casos omissos e dúvidas suscitadas neste Pregão serão resolvidos com base nos princípios, na doutrina e na legislação em vigor.

15.7.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.9. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro competente da Justiça Federal, na cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro.

ANEXO I - TERMO REFERÊNCIA (DOC. 4784724)

ANEXO II - PROPOSTA PADRÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material de marcenaria.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Marca/modelo ofertado:				
2	Marca/modelo ofertado:				
.....	Marca/modelo ofertado:				

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de atendimento das Resoluções CNJ nº 07/2005 e nº 229/2016, que não constam no quadro societário desta empresa cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Estamos cientes que a vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização, bem como que a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

NOME CONTATO:

TELEFONE:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:**

Obs.1: Informar CNPJ da matriz ou da filial que executará o objeto, para fins de verificação da regularidade fiscal.

Obs.2: Os dados cadastrais e de contato da empresa deverão estar atualizados.

(Local), de de

(assinatura)
REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, CNPJ nº 06.170.517.0001-05, situado na Rua da Alfândega, 42, Centro, neste ato representado pela Diretora-Geral Eline Iris Rabello Garcia da Silva, ou, em sua ausência, pelo Diretor-Geral em substituição Rodrigo da Rocha Camargos, com fundamento no art. 9º, inciso XXVI do Regulamento Interno da Secretaria deste Tribunal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90002/2026, processo administrativo nº 2025.0.000016935-8, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para aquisição de material de marcenaria**, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

2.2. Os **itens 47 a 78** estão sujeitos à regra do subitem 5.2.3 desta Ata.

2.3. A listagem do(s) fornecedor(es) integrante(s) do cadastro de reserva da presente ata, caso haja interessado, constará como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços do TRE-RJ na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
- 4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do TRE-RJ apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O TRE-RJ poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do TRE-RJ, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até **90 dias**, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo TRE-RJ, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50%** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, DA FORMALIZAÇÃO DA ARP E DO CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

- 5.1.2. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo a ser renovado.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.2.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2.2. A contratação com os fornecedores registrados na presente ata será formalizada por intermédio de nota de empenho, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o qual deverá ser assinado/recebida no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 5.2.3. No caso de licitação por grupo, a contratação posterior de item isolado, cujo preço não tenha sido o menor ofertado no certame, exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

- 5.2.4. A pesquisa de mercado deverá ser realizada na primeira contratação, observados os critérios e prazos estabelecidos na IN GP nº 08/2019 do TRE-RJ.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário; e se obrigar nos limites dela;

- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

- a) aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a classificação da licitação; e
- b) mantiveram sua proposta original.

- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o **subitem 5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **subitem 5.4.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no aviso de contratação direta; e

- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 8**.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observando o **item 5.7 e subitens**, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 5.4.2**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, este Tribunal, observados o preço estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará este Tribunal a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-RJ convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o TRE-RJ procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o TRE-RJ indeferirá o pedido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o TRE-RJ convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **subitem 5.7** desta Ata.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o TRE-RJ procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 8**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o TRE-RJ atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos preços praticados pelo mercado.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese do subitem 7.1.1 desta Ata; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o TRE-RJ poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 7.1** será formalizado mediante despacho, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRE-RJ poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O TRE-RJ poderá cancelar os preços registrados, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, §3º e 27, §4º, ambos do Decreto nº 11.462/2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio de Janeiro, data da última assinatura digital.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

CONTRATADA

ANEXO IV - QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS (DOC. 4793646)

ANEXO V - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (DOC. 4578614)

REJANE LOPES DE OLIVEIRA
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 11/02/2026, às 15:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4834557** e o código CRC **42F64C33**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
COORDENADORIA DE ENGENHARIA
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

I - Objeto (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

1. Aquisição de materiais de marcenaria, bens comuns, conforme especificações abaixo descritas:

Item	Material—descrição	CatMat	Unidade	Quantidade	Referência
1	Mola hidráulica aérea para porta com sistema de acionamento por pinhão e cremalheira, fechamento da porta desde 180º até 0º, regulagem do tirante, potência para o fechamento de portas de madeira de até 90 cm de largura, abertura para direita e esquerda, preferencialmente na cor marrom.	371119	peça	50	-
2	Pontaletes de cedro aparelhados de 6 cm x 6 cm com 5 metros de comprimento , podendo as medidas variarem em 0,5 cm na largura e espessura e 5 cm no comprimento, para mais ou para menos. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 2,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.	457427	peça	51	-
3	Pontaletes de maçaranduba, aparelhados de 6 cm x 6 cm com 5 metros de comprimento , podendo as medidas variarem em	242294	peça	60	-

	0,5 cm na largura e espessura e 5 cm. no comprimento, para mais ou para menos. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 2,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.				
4	Pontalete de maçaranduba, aparelhado de 6 cm X 6 cm (ou 3" X 3") com 3 (três) metros de comprimento , podendo as medidas variarem em 0,5 cm na largura e na espessura e 1 cm no comprimento, para mais ou para menos, conforme requisito da NBR 14807, que especifica as dimensões de peças de madeira serrada, para uso geral, por meio de intervalos de valores. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 1,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.	345542	peça	35	-
5	Pranchão de maçaranduba de 6 cm x 20 cm com 5 metros de comprimento , podendo as medidas variarem em 0,5 cm na largura e espessura e 5 cm no comprimento, para mais ou para menos. Podem ser fornecidas pranchas com largura de 21 cm, sem prejuízo das demais medidas e especificações. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 2,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.	389541	peça	12	-
6	Prancha de maçaranduba de 6 cm x 25 cm com 5 metros de comprimento , podendo as medidas variarem em 0,5 cm na largura e espessura e em 5 cm no comprimento, para mais ou para menos. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 2,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.	240658	peça	5	-
7	Pranchão de maçaranduba, de 6 cm x 28 cm com 5 metros de	269778	peça	5	-

	<p>comprimento, podendo as medidas variarem em 0,5 cm na largura e espessura e em 5 cm no comprimento, para mais ou para menos. Podem ser fornecidas pranchas com larguras de 29 cm e 30 cm, sem prejuízo das demais medidas e especificações. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 2,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.</p>				
8	<p>Viga de maçaranduba, de 6 cm x 14 cm com 5 metros de comprimento, podendo as medidas variarem em 0,5 cm na largura e espessura e em 5 cm no comprimento, para mais ou para menos. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 2,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.</p>	601847	peça	20	-
9	<p>Tábua de cedrinho, aparelhada, com 2,5 cm x 30 cm e com 3 m de comprimento, podendo as medidas variarem em 0,5 cm, na largura, e 5 cm no comprimento, para mais ou para menos. Na espessura, será tolerada variação de 0,5 cm, porém somente para mais. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 1,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.</p>	387805	Peça	30	-
10	<p>Jogo de aduela completo (caixonete e alisar) em angelim-pedra, para porta de 2,10 m de altura X 0,80 m de largura. As Peças do caixonete deverão apresentar as seguintes medidas: largura = 15 cm; espessura = 3 cm; rebaixo para porta = 3,5 cm. As Peças do alisar deverão medir: largura = 5 cm; espessura = 1,5 cm; podendo as medidas variarem em 0,5 cm para largura e espessura.</p>	458867	peça	40	-

11	Jogo de aduela completo (caixonete e alisar) em angelim-pedra, para porta de 2,10 m de altura X 0,90 m de largura. As Peças do caixonete deverão apresentar as seguintes medidas: largura = 20 cm ; espessura = 3 cm; rebaixo para porta = 3,5 cm. As Peças do alisar deverão medir: largura = 5 cm; espessura = 1,5 cm; podendo as medidas variarem em 0,5 cm para largura e espessura	385089	peça	30	-
12	Porta lisa em compensado para pintura , semioca, largura de 60 cm , altura de 2,10 m, espessura de 35 mm.	443724	peça	10	-
13	Porta lisa em compensado para pintura , semioca, largura de 70 cm , altura de 2,10 m, espessura de 35 mm.	252553	peça	20	-
14	Porta lisa em compensado para pintura , semioca, largura de 80 cm , altura de 2,10 m, espessura de 35 mm.	254076	peça	30	-
15	Porta lisa em compensado para pintura , semioca, largura de 90 cm , altura de 2,10 m, espessura de 35 mm.	289009	peça	10	-
16	Guia funda para divisória, em aço naval na cor preta , com as dimensões de 3 metros x 35 mm x 20 mm.	355760	peça	1100	Alcoa ou similar
17	Guia rasa, (perfil U) em aço naval na cor preta , para divisórias 35 mm com as dimensões de 3 metros x 35 mm x 15 mm.	355759	peça	500	Alcoa ou similar
18	Leito e baguete para divisória em aço naval na cor preta com as dimensões de 2,5 metros x 35 mm.	236010	jogo	50	Alcoa ou similar

19	Travessa para divisória, em aço naval na cor preta , com as dimensões de 3 metros x 35 mm x 20 mm	355763	peça	1500	Alcoa ou similar
20	Montante para divisória (Tampa), em aço naval na cor preta , com as dimensões de 3 metros por 35 mm.	283018	peça	40	Alcoa ou similar
21	Trava de segurança de embutir , para portas de 30 mm a 40 mm, com 2 voltas e acabamento cromado, chave tetra , roseta em aço inox cromada, cilindro com corpo em zamac, miolo e chaves de latão, caixa e tampa em aço, testa em latão de 1,8 mm a 2,2 mm de espessura.	328650	peça	20	Papaiz ou similar
22	Espuma de Poliuretano expansível em Spray (lata de 500ml). Espuma a base de poliuretano, de cura úmida de um componente pronto para o uso em montagem, selamento e isolamento acústico. A espuma deve ter capacidade de adesão a materiais de construção típicos, tais como tijolo, concreto, gesso, madeira, vidro, metal, PVC rígido, espuma rígida PUR, etc. A espuma, após sua cura, deve ter propriedades isolantes térmica e acústica, ser resistente ao envelhecimento e ser à prova de bolor. Aplicações: Montagem de janelas e batentes, isolamento térmico de sistemas de encanamentos de água e de aquecimento central, fixação e isolamento de painéis de paredes, placas corrugadas, telhas, etc., aplicação entre junção de paredes com teto, junção de elementos de madeira pré-fabricados, em construção de estruturas. Temperatura de aplicação: 5 a 35° C; resistência à temperatura após a cura: -40 a 90° C.	389890	lata de 500ml	80	Orbi Química ou similar

23	<p>Adesivo de contato, à base de Policloropreno, resinas sintéticas, solventes orgânicos e alifáticos; tempo de secagem entre 5 e 10 min(inicial), e 24 h e 48 h (cura toral), variando de acordo com as condições de temperatura;</p> <p>Teor de sólidos: 19 a 24 %</p> <p>Viscosidade Brookfield: 2200 a 3000 cP</p> <p>Densidade: 0,85–0,90 g/cm³</p> <p>Resistente a água;</p> <p>Rendimento: 270 – 320 g/m² (superfície dupla)</p> <p>Fornecido em lata com 3,3 litros ou 2,8 kg.</p>	238506	lata	30	Cascola (Henkel) ou similar
24	<p>Adesivo em emulsão aquosa à base de PVA (cola branca).</p> <p>Composição poliacetato de vinila (PVA) em dispersão aquosa, isento de solventes.</p>	315663	frasco c/ 1 kg	100	Cascola (Henkel) ou Brascola
25	<p>Chapa de compensado laminado folheado de pinus de 2,20 x 1,60 m com 4 mm de espessura, com acabamento folheado no padrão freijó.</p>	231354	chapa	10	Eucatex ou similar
26	<p>Chapa de compensado laminado folheado de pinus de 2,20 x 1,60 m com 6 mm de espessura, com acabamento folheado no padrão freijó.</p>	231352	chapa	20	Eucatex ou similar
27	<p>Chapa de compensado laminado prensado de virola, medindo 2,20 X 1,60 m, por 10 mm de espessura, não podendo variar nas medidas.</p>	228649	chapa	30	Eucatex ou similar
28	<p>Chapa de compensado laminado prensado de virola, medindo 2,20 X 1,60 m, por 15 mm de espessura, não podendo variar nas medidas.</p>	229530	chapa	50	Eucatex ou similar
29	<p>Chapa de compensado laminado prensado de virola, medindo 2,20 X 1,60 m, por 20</p>	229529	chapa	50	Eucatex ou similar

	mm de espessura , não podendo variar nas medidas.				
30	Chapa de madeirite prensada com resina fenólica resistente à água e reutilizável na construção civil, em formas para concreto, medindo 1,10 m de largura x 2,20 m de comprimento, com 20 mm de espessura , não podendo variar nas medidas.	248525	chapa	30	-
31	Chapa de madeirite prensada com resina fenólica resistente à água e reutilizável na construção civil, em formas para concreto, medindo 1,10 m de largura x 2,20 m de comprimento, com 15 mm ou 14 mm de espessura , não podendo variar na largura e comprimento.	248524	chapa	30	-
32	Chapa de madeirite prensada com resina fenólica resistente à água e reutilizável na construção civil, em formas para concreto, medindo 1,10 m de largura x 2,20 m de comprimento, com 10 mm de espessura , não podendo variar nas medidas.	430543	chapa	30	-

33	<p>Painel de divisória modular tipo piso-teto com as seguintes especificações: Cor: Areia Jundiá; Miolo em estrutura tipo “colmeia”; Requadro reforçado em madeira maciça; Revestimento de painel em placas EUCAPLAC UV ou similar, composta de chapa dura de fibras de eucalipto prensada com acabamento em pintura à base d’água, com secagem ultravioleta; Dimensões: 1.202 mm x 2.110 mm x 35 mm de espessura, com tolerância de 10 mm para largura e de 2 mm para espessura; As peças deverão apresentar total compatibilidade para instalação com os perfis padrão de instalação. Na licitação, deverá ser apresentado catálogo de cores comprovando a cor solicitada (areia Jundiá).</p>	253663	painel	1000	Eucatex ou similar
34	<p>Porta de divisória tipo naval, com miolo em estrutura “colmeia”, reforço em requadro de madeira maciça, revestimento da porta em chapa dura de fibras de eucalipto prensada com acabamento em resina melamínica de baixa pressão ou com pintura a base de água com secagem ultravioleta, na cor areia jundiá, medindo 2.110mm. x 820 mm x 35 mm de espessura.</p>	376908	peça	50	Eucatex ou similar
35	<p>Folha de laminado em fórmica branca, textura fosca, para forrar madeira, medindo 3,08 x 1,25 m.</p>	228792	folha	20	Eucatex ou similar
36	<p>Folha de laminado em fórmica preta, textura fosca, para forrar madeira, medindo 3,08 x 1,25 m.</p>	466795	folha	30	Eucatex ou similar
37	<p>Folha de laminado em fórmica na cor ovo textura fosca, para forrar madeira, medindo 3,08 x 1,25 m.</p>	339590	folha	30	Eucatex ou similar

38	Folha de laminado em fórmica freijó , textura fosca, para forrar madeira, medindo 3,08 x 1,25 m.	229537	folha	30	Eucatex ou similar
39	Fechadura de embutir em portas de 30 mm a 40 mm, com acabamento cromado, maçaneta tipo “L” em material zamac com haste de regulagem bipartida, espelho em inox, cilindro com corpo em zamac, miolo e chaves (fina) de latão com acabamento cromado, caixa e tampa em aço, testa em aço inox de 1,8 mm a 2,2 mm de espessura, lingueta, cubo e trinco em material de zamac, que atenda à Norma ABNT NBR 12929.	236531	peça	40	Papaiz ou similar
40	Fechadura de embutir em portas de 30 mm a 40 mm, com acabamento cromado, maçaneta tipo “L” em material zamac com haste de regulagem bipartida, espelho em inox, cilindro incorporado com corpo em zamac e chave tetra , miolo e chaves de latão com acabamento cromado, caixa e tampa em aço, testa e contra testa em latão de 1,8 mm a 2,2 mm de espessura, lingueta, cubo e trinco em material de zamac. Esta fechadura deve ser acompanhada de 2 pares de maçanetas sobressalentes, adequadas a tais fechaduras.	236531	peça	20	Papaiz ou similar
41	Fechadura de embutir em portas de 30 mm a 40 mm, para banheiro , com tranqueta e acabamento cromado, maçaneta tipo “L” em material zamac ou outro material metálico de maior resistência mecânica, com haste de regulagem bipartida, espelho em aço inoxidável, cilindro com corpo em zamac ou outro material metálico de maior resistência mecânica, miolo e chaves de seção quadrada de latão com acabamento cromado, caixa e tampa em aço, testa em aço inox de 1,8 mm a 2,2 mm de	356995	peça	20	Papaiz ou similar

	espessura, lingueta, cubo e trinco em material de zamac ou outro material metálico de maior resistência mecânica.				
42	Fechadura de embutir para perfil estreito, (para instalar em porta de ferro) com acabamento cromado, maçaneta tipo “L” em material metálico com haste de regulagem bipartida, espelho em inox, cilindro com corpo em zamac ou outro material metálico de maior resistência mecânica, miolo e chaves de latão, caixa e tampa em aço, testa e contra testa em aço inox de 1,8 mm a 2,2 mm de espessura, lingueta, cubo e trinco com recuo em material de zamac. ou outro material metálico de maior resistência mecânica.	233303	peça	50	Papaiz ou similar
43	Fechadura tubular (cilíndrica) para porta de divisória com botão (apertar), lingueta com 90 mm, maçaneta tipo tulipa e com acabamento em metal cromado ou inox.	310940	peça	55	-
44	Fechadura tubular (cilíndrica) para porta de divisória com botão (apertar), lingueta com 90 mm, maçaneta tipo tulipa e com acabamento em metal na cor preta.	357246	peça	100	-
45	Vidro liso incolor transparente na medida de 1,20 m x 1,00 m. com espessura de 4 mm.	292185	peça	75	-
46	Vidro canelado incolor na medida de 1,20 m x 1,00 m. com espessura de 4 mm. A ranhura do canelado deve ser paralela ao lado menor do vidro.	442680	peça	30	-
	Grupo 1				
47	Aldraba (porta-cadeado), medindo 2” (51 mm), em aço com acabamento zincado, as	217174	peça	47	Papaiz ou similar

	medidas podem variar em 2 mm para mais ou para menos.				
48	Aldraba (porta-cadeado) em aço com acabamento zincado, medida: 2 ½" (63 mm) podendo variar em 2 mm para mais ou para menos.	304929	peça	100	UNIÃO MUNDIAL INDÚSTRIA DE FERRAGENS Ltda. ou similar.
49	Aldraba (porta-cadeado) em aço com acabamento zincado, medida 3 ¼" (82,5 mm) a 3 ½" (89 mm), podendo ultrapassar os limites em 2 mm para mais.	217176	peça	80	UNIÃO MUNDIAL INDÚSTRIA DE FERRAGENS Ltda. ou similar.
50	Aldraba (porta-cadeado) em aço com acabamento zincado, medida 4 ½ (114 mm) a 5" (127 mm), podendo ultrapassar os limites em 2 mm para mais.	217184	peça	40	UNIÃO MUNDIAL INDÚSTRIA DE FERRAGENS Ltda. ou similar.
51	Fecho de sobrepor fio redondo (ferrolho) de 102 mm , em aço com acabamento zincado. Medida podendo variar 2 mm para mais ou para menos.	335637	peça	50	Rodrigues ou similar
52	Tarjeta, fio redondo, 76 mm , em aço, com acabamento cromado.	213975	peça	40	Loth ou similar
	Grupo 2				
53	Dobradiças com pino e bola, linha leve , em ferro com acabamento cromado . Tamanho: 2" x 1½" . Acompanhada de parafusos para fixação.	327379	peça	30	Papaiz ou similar

54	Dobradiças com pino e bola, linha média com anéis , em ferro com acabamento cromado . Tamanho: 3" x 2½" . Acompanhada de parafusos para fixação.	441347	peça	100	Papaiz ou similar
55	Dobradiças com pino e bola, linha média com anéis , em ferro com acabamento cromado . Tamanho: 3½" x 3" . Acompanhada de parafusos para fixação.	375233	peça	110	Papaiz ou similar
56	Dobradiça de pressão curva, diâmetro do caneco 35 mm , espessura da porta de 16 até 26 mm em aço cromado com parafusos para fixação.	394301	peça	60	Bigfer ou similar
57	Dobradiça em ferro , tipo perfil painel para porta de divisória com acabamento na cor preta . Tamanho: 3" x 2½" . Acompanhada de parafusos de fixação.	337516	peça	50	Papaiz ou similar
	Grupo 3				
58	Forro termoacústico em fibra mineral modelada úmida , acabamento da superfície em tinta branca vinílica à base de látex aplicada em fábrica, textura lisa com microp perfurações, dimensões de 625 x 1.250 mm, com a espessura podendo variar de 13 a 16 mm, NRC (Coeficiente de Absorção Sonora) de 0,50 (mín.), CAC (Coeficiente de Isolamento Acústico) de 33 (mín.), resistência ao fogo: classe A.	376677	m2	300	Knauf ou similar
59	Perfil Principal Longarina Forro Modular T15 3125 mm	434368	peça	100	-
60	Perfil Secundário Travessa Forro Modular T15 1250 mm	427944	peça	500	-

61	Perfil Cantoneira Forro Modular 3000 mm	422058	peça	50	-
	Grupo 4				
62	Cantoneira em alumínio anodizado fosco 1 1/2" x 1 1/2" x 1.8" , com 6 metros, de abas iguais.	301584	peça	20	Alcoa ou similar
63	Cantoneira de abas iguais em alumínio, com 1" x 1" x 1/8" , e comprimento de 6 metros.	301504	peça	30	Alcoa ou similar
64	Cantoneira em alumínio 2" x 2" x 1/8" , com 6 metros, de abas iguais.	349412	peça	20	Alcoa ou similar
	Grupo 5				
65	Cadeado autoblocável de 35 mm com chave comum, haste de aço cementada e cromada, dupla trava, orifício de descarga de água, corpo de latão maciço, cilindro latão trefilado e chaves de latão Niqueladas.	351604	peça	60	Papaiz ou similar
66	Cadeado autoblocável de 40 mm com chave comum haste de aço cementada e cromada, dupla trava, orifício de descarga de água, corpo de latão maciço, cilindro latão trefilado e chaves de latão Niqueladas.	342316	peça	60	Papais ou similar
67	Cadeado autoblocável de 50 mm com chave comum haste de aço cementada e cromada, dupla trava, orifício de descarga de água, corpo de latão maciço, cilindro latão trefilado e chaves de latão Niqueladas.	351601	peça	40	Papaiz ou similar
	Grupo 6				

68	Fita de acabamento para borda , em PVC, com (22mm a 25mm) de largura x 0,4 mm de espessura. Acondicionada em rolos com 20 metros ou 50 metros, na cor branca lisa .	346871	metro	200	Rehau ou similar
69	Fita de acabamento para borda , em PVC, com (22 mm a 25mm) de largura x 0,4 mm de espessura. Acondicionada em rolos com 20 metros ou 50 metros, na cor preta lisa .	346874	metro	200	Rehau ou similar
70	Fita de acabamento para borda , em PVC, com (22 mm a 25mm) de largura x 0,4 mm de espessura. Acondicionada em rolos com 20 metros ou 50 metros, na cor bege lisa .	346877	metro	200	Rehau ou similar
71	Fita de acabamento para borda , em PVC, com (22 mm a 25mm) de largura x 0,4 mm de espessura. Acondicionada em rolos com 20 metros ou 50 metros, freijó, padrão madeira .	400062	metro	200	Rehau ou similar
72	Fita de acabamento para borda , em PVC, com (35mm a 40 mm) de largura x 0,4 mm de espessura, rolo com 20 ou 50 metros, na cor branca lisa .	358404	metro	200	Rehau ou similar
73	Fita de acabamento para borda , em PVC, com (35mm a 40 mm) de largura x 0,4 mm de espessura. Acondicionada em rolos com 20 metros ou 50 metros, na cor preta lisa .	441873	metro	200	Rehau ou similar
74	Fita de acabamento para borda , em PVC, com (35mm a 40 mm) de largura x 0,4 mm de espessura. Acondicionada em rolos com 20 metros ou 50 metros, na cor bege lisa .	441875	metro	200	Rehau ou similar
75	Fita de acabamento para borda , em PVC, com (35mm a 40 mm) de largura x 0,4 mm de	441875	metro	200	Rehau ou similar

	espessura. Acondicionada em rolos com 20 metros ou 50 metros, na cor freijó, padrão madeira.				
	Grupo 7				
76	Tábua de pinus de 1ª (acabamento) aparelhada de 2 cm x 10 cm com 3 m de comprimento, podendo as medidas variarem em 0,5 cm na largura e espessura e em 5 cm no comprimento, para mais ou para menos. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 1,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.	396619	Peça	20	-
77	Tábua de pinus de 1ª (acabamento) aparelhada de 2 cm x 30 cm com 3 m de comprimento, podendo as medidas variarem em 0,5 cm na largura e espessura e em 5 cm no comprimento, para mais ou para menos. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 1,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.	396619	Peça	11	-
78	Caibro de maçaranduba, aparelhado de 6 cm x 3,5 cm com 5 metros de comprimento, podendo as medidas variarem em 0,5 cm na largura e espessura e 5 cm no comprimento, para mais ou para menos. Não serão aceitas peças com empenos com desvios superiores a 2,5 cm em relação à linha longitudinal e com rachaduras.	466169	peça	9	-

1.2 Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas;

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 30, de 20 de junho de 2022, da Presidência do TRE/RJ.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

2.1 A fundamentação da contratação encontra-se no ETP (id [4578614](#)) aprovado pelo Secretário de Manutenção e Serviços Gerais, Fúlvio Coelho Fonseca em 28/08/2025 (id [4586531](#)).

2.2 A Equipe de Planejamento da presente contratação não identificou riscos além daqueles já listados no macroprocesso de contratações e por esse motivo não elaborou o documento referente ao gerenciamento de riscos.

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

3.1 A descrição da solução consta no tópico I deste Termo de Referência.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

4.1 Esta contratação deverá seguir, no que couber, as normas técnicas Brasileiras da ABNT e/ou legislação específica, detalhados, caso necessário, neste Termo de Referência. Verificar na coluna “material/especificação” os detalhamentos de cada item, quando for o caso.

4.2 Obrigações da contratada:

4.2.1 Executar o objeto conforme as determinações previstas neste Termo de Referência;

4.2.2 Trocar, às suas expensas, o material que for recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo, que somente ocorrerá após o aceite definitivo;

4.2.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto fornecido com defeito, vícios ou incorreções;

4.2.4 Informar, no momento de envio da proposta, endereço eletrônico e contato telefônico para comunicação com o TRE-RJ, sendo de sua responsabilidade mantê-los atualizados durante toda a fase de execução da contratação;

4.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas;

4.2.6 Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.2.7 Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

4.2.8. Orientar e treinar, quando for o caso, seus empregados sobre as disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, dando-lhes conhecimento formal das cláusulas, condições e obrigações relacionadas à Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, inclusive no tocante à Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Justiça Eleitoral, instituída pela Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.2.9 Autorizar à Contratante o acesso aos dados pessoais dos representantes da Contratada, para formalização e execução do objeto do contrato, tais como: nome, número do CPF, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, em atendimento ao disposto na LGPD e na Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.2.10. Indicar representante para assuntos relacionados à LGPD, sempre que solicitado pelo TRE-RJ, que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato, observada a necessária apresentação de termo de compromisso e responsabilidade pelo acesso aos dados;

4.2.11. Prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, comprometendo-se, ainda, quando necessário e dentro das limitações pertinentes ao objeto do contrato, a auxiliar a contratante em relação à requisição dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da LGPD, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados.

4.2.12. Assegurar que os subcontratados estejam vinculados por obrigações de confidencialidade, segurança e privacidade de dados, conforme estabelecido neste termo de referência, na hipótese de a contratação permitir a subcontratação.

4.2.13. Pela assinatura do contrato, a contratada fica ciente de que qualquer violação às disposições da LGPD é considerada uma violação do instrumento contratual pactuado pelas partes, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

4.2.14. Fica ciente, ainda, de que os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada, obtidos em razão da execução contratual, poderão ser divulgados pela contratante, com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

4.3. Das obrigações do contratante:

4.3.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado.

4.3.2. Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.3. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja sanado o problema.

4.3.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.5. Tratar os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada para viabilizar o acesso às instalações físicas do Tribunal, a gestão contratual através de sistema de informação e o cumprimento do dever legal de fiscalização da execução do contrato.

4.4. Das obrigações comuns às partes:

4.4.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

4.4.2. A contratante figura na qualidade de (controladora) de dados enquanto a contratada é definida como (operadora) de dados.

4.4.3. A contratante e a contratada serão consideradas controladoras conjuntas quando eventualmente houver uma participação conjunta na determinação das finalidades e meios de tratamento dos dados pessoais.

4.4.4. As partes comprometem-se a:

a) realizar o tratamento dos dados pessoais pautando-se pela boa-fé e pelos princípios previstos no art. 6º da LGPD, em especial os da finalidade adequação, necessidade, transparência e livre acesso, em compatibilidade com o objeto contratado;

b) manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e dados sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa/Edital, do instrumento contratual ou documento equivalente, bem como as decorrentes de obrigações legais e determinação judicial;

c) manter registros precisos e atualizados das atividades de tratamento e compartilhamento de dados pessoais, incluindo o acesso e a utilização dessas informações, para fins de auditoria e prestação de contas;

d) obter e apresentar à outra, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos termos de ciência ou consentimento, quando for o caso, dos titulares para o tratamento dos dados pessoais dos quais forem controladoras, bem como os respectivos termos de compromisso e responsabilidade pelo acesso e tratamento de dados realizados por seus servidores, colaboradores, prepostos, prestadores de serviço, contratados terceirizados ou autônomos, sócios ou diretores a elas vinculados;

e) implementar todas as medidas técnicas e organizacionais cabíveis para prover um nível de segurança adequado frente aos riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato, dentre elas o armazenamento dos dados tratados em banco de dados seguro, no território nacional e com acesso restrito;

f) comunicar, em até 24 horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD; e

g) eliminar os dados pessoais que venham a ter acesso, após a satisfação da finalidade respectiva, encerramento do tratamento por decurso de prazo ou pelo término da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

4.4.5. A contratante poderá realizar auditorias nos processos da contratada para verificar a conformidade do tratamento dos dados pessoais pertinentes ao objeto do referido contrato, conforme determinado pela LGPD e pela Resolução TSE nº 23.650/2021.

4.4.6. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

5.1 As aquisições serão formalizadas através da emissão de nota de empenho, cujo recebimento deverá ser acusado no prazo de 3 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.;

5.1.1 Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

5.2 Prazo de entrega do material:

5.2.1 Para todos os itens a entrega deverá ser realizada no prazo de até 30 dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

5.2.2 Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir reparar ou corrigir, às suas expensas, os produtos com defeitos, vícios ou incorreções, recusados pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa. A suspensão só poderá ocorrer uma única vez;

5.2.3 Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, motivada por fato excepcional e estranho à vontade da contratada, somente será passível de apreciação caso remetida a este Tribunal ainda na vigência do prazo original de entrega, devidamente fundamentada, para o e-mail compras@tre-rj.jus.br, ressaltando-se que a confirmação de recebimento da solicitação não garante a dilação pleiteada, uma vez que a autorização da prorrogação fica a critério deste Tribunal.

5.2.4. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material solicitado, sob pena das sanções legais cabíveis;

5.3 Local de entrega:

Todos os itens deverão ser entregues na Seção de Almoxarifado – SEALMO, na Av. Brasil 2.540, Benfica, Rio de Janeiro – RJ, no horário das 9h00 às 16h00. Telefones: (21) 2580-2690 / (21) 2589-7784. OBS.: Localizada na subida do viaduto de Benfica, após a passarela 4 da Avenida Brasil, sentido à Zona Oeste;

5.4 Embalagem: o material deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor. Verificar, na coluna “descrição/especificação”, as particularidades da embalagem de cada item, se for o caso.

5.5 Validade: Os materiais que por sua natureza dependam do prazo de validade do fabricante, somente serão aceitos por este Tribunal se, a contar da data de entrega na Seção de Almoxarifado do TRE/RJ, todos itens apresentarem validade mínima de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do prazo total instituído por seu fabricante. As datas de fabricação e validade deverão vir gravadas na embalagem do produto ou com etiqueta do próprio fabricante. Não serão aceitas etiquetas com data de fabricação e validade que não sejam do próprio fabricante.

5.6 Os materiais deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor;

5.6.1 Os materiais deverão, ainda, conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “f”, da Lei 14.133/2021)

6.1 Os agentes da administração que atuarão da gestão do contrato estão discriminados no item 7.2 deste Termo de Referência;

6.2 A comunicação entre os agentes do TRE-RJ e o representante da contratada será realizada, preferencialmente, através de mensagens eletrônicas;

6.3 Diante das especificidades do presente objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação não identificou situações específicas, que ensejam aplicação de multa, além daquelas situações ordinárias (atraso na entrega e inexecução), que serão descritas no futuro edital de licitação;

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

7.1 Por se tratar de aquisição de material com entrega imediata e total, não haverá medição para o pagamento;

7.2 O processo de liquidação e pagamento seguirá as seguintes etapas e prazos:

Etapas	Procedimento de fiscalização	Prazo	Responsável
Recebimento provisório	Conferência da conformidade dos quantitativos entregues em relação à descrição constante na nota de empenho e na nota fiscal	Até 2 dias úteis a contar da entrega total do material	Seção de Almoxarifado (SEALMO)
Recebimento definitivo	Conferência da conformidade das características do material em relação as especificações descritas no Termo de Referência	Até 5 dias úteis a contar da emissão do relatório de recebimento provisório	Comissão Permanente de Recebimento de Materiais de Manutenção Predial, Máquinas e Ferramentas (CPRMPMF)

Atesto da nota fiscal	Conferência da conformidade do documento fiscal	Até 1 dia útil a contar da emissão do relatório de recebimento definitivo	Comissão Permanente de Recebimento de Materiais de Manutenção Predial, Máquinas e Ferramentas (CPRMPMF)
Pagamento	Verificação da regularidade fiscal da contratada e demais condições de habilitação	Até 10 dias úteis a contar do atesto da nota fiscal	Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)

7.3 Informações adicionais:

7.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da contratada;

7.3.2 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.3.3 Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido acima retornará à contagem inicial;

7.3.4 Caso a nota fiscal apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar da comunicação deste Tribunal;

7.3.5 No caso de pessoa física, o valor referente ao percentual de 20% do valor da proposta a título de contribuição patronal à Seguridade Social será recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a IN SEGES/ME nº 116, de 21/12/2021;

7.3.6 Quando o contratado for optante pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para que não sofra a retenção de tributos, a nota fiscal deverá vir acompanhada da declaração de Optante pelo Simples, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB 1.234/2012 com a redação dada pela IN RFB 1.244/12;

7.3.7 Os prazos serão interrompidos sempre que se façam necessários a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou do saneamento na inconsistência do documento fiscal apresentado pela contratada;

7.3.8 Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos;

7.3.9 No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

8.1 Modalidade de licitação

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, através do procedimento auxiliar de Registro de Preços (RP), com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço para os itens, nos termos da Lei 14.133/2021. A adoção do RP se justifica porque:

8.1.1.1 as solicitações sejam feitas em função da demanda apresentada a cada momento;

8.1.1.2 O sistema de RP permitirá, ainda, que sejam realizados pedidos parcelados durante os anos de 2026 e 2027 com base nas necessidades imediatas de cada período e na disponibilidade dos seus respectivos orçamentos;

8.1.2 O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, podendo ocorrer a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2 Os itens 47 ao 78 foram reunidos em grupo a fim de propiciar um maior interesse por parte das empresas e aumentar a competitividade, objetivando melhores propostas;

8.3. Critérios de seleção do fornecedor

8.3.1 O pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar para encaminhar, no prazo máximo de **2 horas**, a contar da convocação do anexo no sistema, os seguintes documentos, sob pena de recusa da proposta;

8.3.2 *Folder*, catálogo ou documentos do fabricante ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação do produto às exigências do Termo de Referência;

8.3.3 A exigência acima poderá ser dispensada, a critério do pregoeiro, quando a marca e o modelo ofertados forem os mesmos indicados como referência neste TR ou nos casos em que for possível a verificação das características por outros meios;

8.3.4 Para os itens 16 ao 22, 47 ao 58 e 62 ao 64, a contratada deverá apresentar Certificado de Regularidade do IBAMA do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto a esse órgão se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na validade – de acordo com o art.17 inc. I e II da Lei Federal 6938/1981, bem como instrução normativa nº 13, de agosto de 2021 do IBAMA. **Não serão aceitos certificados na área de comércio ou representação comercial;**

8.3.4.1 Para os itens 16 ao 21, 47 ao 57 e 62 ao 64, deverá apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 3 (Indústria Metalúrgica) ou na Categoria 4 (Indústria Mecânica);

8.3.4.2 Para o item 22, deverá apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 15 (Indústria Química);

8.3.4.3 Para o item 58, deverá apresentar Ficha Técnica de Enquadramento na Categoria 2 (Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos);

8.3.5 Para os itens 2 ao 9 e 76 ao 78, a contratada deverá apresentar, junto com a Nota Fiscal, o Documento de Origem Florestal – DOF, caso a madeira e ser fornecida seja de origem nativa, OU autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO, comprovando a utilização de madeira legal e de manejo florestal responsável ou reflorestamento.

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)

9.1 Unidade Gestora Responsável

Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais (SSG)

9.2 Ação Orçamentária

Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral

9.3 Código do Item Orçamentário

SSG 059

9.4 Classe de materiais

5510

9.5 Valor estimado da despesa

O valor estimado da despesa constará de documento anexo a este Termo de Referência.

X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Não se aplica restrição de acesso ao orçamento da contratação.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2026

MARCELO FERNANDES SOARES LEITE
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 07/01/2026, às 16:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

PAULO EDUARDO TRINDADE FEIJO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 08/01/2026, às 12:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RENEE ROCHA FIUSA
CHEFE DA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS



Documento assinado eletronicamente em 09/01/2026, às 09:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARCIO DIAS RODRIGUES
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 09/01/2026, às 15:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4784724** e o código CRC **18BD2B72**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

Criado por [marcelo.leite](#), versão 3 por [marcelo.leite](#) em 07/01/2026 16:45:27.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000016935-8									OBJETO:	Aquisição de materiais de marcenaria							R\$ 573.360,50
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Internet/ Empresa	Preço 05 Empresa	Preço 06 Empresa	Preço 07 Preço Público	Preço 08 Empresa	Preço 9 Pregão TRE 90065/24	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total	
1	50	peça	Mola hidráulica aérea para porta.	R\$ 188,72	R\$ 153,89	R\$ 119,90	-	-	-	R\$ 344,00	-	-	R\$ 201,63	R\$ 98,99	R\$ 300,62	R\$ 154,17	R\$ 34,41	22,32%	R\$ 154,17 (Média)	R\$ 7.708,50	
2	51	peça	Pontaletes de cedro aparelhado de 6cm x 6cm com 5 metros de comprimento.	R\$ 331,66	-	-	-	-	R\$ 117,00	R\$ 67,50	-	R\$ 122,33	R\$ 159,62	R\$ 117,32	R\$ 276,94	R\$ 102,28	R\$ 30,24	29,57%	R\$ 102,28 (Média)	R\$ 5.216,28	
3	60	peça	Pontaletes de maçaranduba, aparelhado de 6cm x 6cm com 5 metros de comprimento.	R\$ 165,10	R\$ 156,50	-	R\$ 123,00	R\$ 100,70	R\$ 117,00	R\$ 87,70	R\$ 150,00	-	R\$ 128,57	R\$ 29,40	R\$ 157,97	R\$ 122,48	R\$ 26,94	22,00%	R\$ 122,48 (Média)	R\$ 7.348,80	
4	35	peça	Pontaletes de maçaranduba, aparelhado de 6cm X 6 cm (ou 3” X 3”) com 3 (três) metros de comprimento.	R\$ 144,95	R\$ 99,06	R\$ 93,90	-	-	R\$ 70,20	R\$ 44,70	R\$ 90,00	-	R\$ 90,47	R\$ 33,35	R\$ 123,82	R\$ 79,57	R\$ 22,35	28,09%	R\$ 79,57 (Média)	R\$ 2.784,95	
5	12	peça	Pranchão de maçaranduba de 6cm x 20cm com 5 metros de comprimento.	R\$ 340,00	R\$ 325,00	-	R\$ 378,00	-	R\$ 390,00	R\$ 399,50	R\$ 425,00	-	R\$ 376,25	R\$ 37,55	R\$ 413,80	R\$ 366,50	R\$ 32,40	8,84%	R\$ 366,50 (Média)	R\$ 4.398,00	
6	5	peça	Prancha de maçaranduba de 6cm x 25cm com 5 metros de comprimento.	R\$ 248,40	-	-	R\$ 510,50	-	R\$ 487,50	R\$ 294,70	R\$ 450,00	R\$ 500,50	R\$ 415,27	R\$ 114,14	R\$ 529,41	R\$ 415,27	R\$ 114,14	27,49%	R\$ 415,27 (Média)	R\$ 2.076,35	
7	5	peça	Pranchão de maçaranduba, de 6cm x 28cm com 5 metros de comprimento.	R\$ 495,60	R\$ 460,00	-	-	R\$ 499,50	R\$ 585,00	-	R\$ 615,00	-	R\$ 531,02	R\$ 65,69	R\$ 596,71	R\$ 510,03	R\$ 53,05	10,40%	R\$ 510,03 (Média)	R\$ 2.550,15	
8	20	peça	Viga de maçaranduba, de 6cm x 14cm com 5 metros de comprimento.	R\$ 239,50	-	-	-	R\$ 247,35	R\$ 292,50	R\$ 184,95	R\$ 300,00	-	R\$ 252,86	R\$ 46,41	R\$ 299,27	R\$ 241,08	R\$ 44,11	18,30%	R\$ 241,08 (Média)	R\$ 4.821,60	
9	30	peça	Tábua de cedrinho, aparelhada, com 2,5 cm x 30 cm e com 3 m de comprimento.	R\$ 148,20	-	-	-	-	R\$ 134,55	R\$ 140,00	R\$ 135,00	R\$ 130,67	R\$ 137,68	R\$ 6,75	R\$ 144,43	R\$ 135,06	R\$ 3,83	2,84%	R\$ 135,06 (Média)	R\$ 4.051,80	
10	40	peça	Jogo de aduela completo (caixonete e alisar) em angelim-pedra, para porta de 2,10 m de altura X 0,80 m de largura.	R\$ 360,20	R\$ 310,30	-	-	-	-	R\$ 203,27	-	R\$ 248,00	R\$ 280,44	R\$ 68,95	R\$ 349,39	R\$ 253,86	R\$ 53,75	21,17%	R\$ 253,86 (Média)	R\$ 10.154,40	
11	30	peça	Jogo de aduela completo (caixonete e alisar) em angelim-pedra, para porta de 2,10 m de altura X 0,90 m de largura.	R\$ 478,80	-	-	-	-	R\$ 680,00	R\$ 304,55	365,00*	R\$ 356,00	R\$ 454,84	R\$ 166,96	R\$ 621,80	R\$ 379,78	R\$ 89,53	23,57%	R\$ 379,78 (Média)	R\$ 11.393,40	
12	10	peça	Porta lisa em compensado para pintura, semi-oca, largura de 60 cm, altura de 2,10 m, espessura de 35 mm.	R\$ 212,00	R\$ 159,00	R\$ 152,14	-	-	-	R\$ 233,85	-	-	R\$ 189,25	R\$ 40,00	R\$ 229,25	R\$ 174,38	R\$ 32,76	18,79%	R\$ 174,38 (Média)	R\$ 1.743,80	
13	20	peça	Porta lisa em compensado para pintura, semi-oca, largura de 70 cm, altura de 2,10 m, espessura de 35 mm.	R\$ 169,90	R\$ 159,00	R\$ 149,00	-	-	-	R\$ 252,65	-	-	R\$ 182,64	R\$ 47,45	R\$ 230,09	R\$ 159,30	R\$ 10,45	6,56%	R\$ 159,30 (Média)	R\$ 3.186,00	

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000016935-8									OBJETO:	Aquisição de materiais de marcenaria							R\$ 573.360,50
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Internet/ Empresa	Preço 05 Empresa	Preço 06 Empresa	Preço 07 Preço Público	Preço 08 Empresa	Preço 9 Pregão TRE 90065/24	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total	
14	30	peça	Porta lisa em compensado para pintura, semi-oca, largura de 80 cm, altura de 2,10 m, espessura de 35mm.	R\$ 169,90	R\$ 149,00	R\$ 148,90	-	-	-	R\$ 276,10	-	R\$ 109,00	R\$ 170,58	R\$ 62,97	R\$ 233,55	R\$ 144,20	R\$ 25,46	17,66%	R\$ 144,20 (Média)	R\$ 4.326,00	
15	10	peça	Porta lisa em compensado para pintura, semi-oca, largura de 90 cm, altura de 2,10 m, espessura de 35 mm.	R\$ 239,00 (Descartado)	R\$ 210,00	R\$ 184,41	-	-	-	R\$ 196,37	-	R\$ 124,00	R\$ 190,76	R\$ 42,50	R\$ 233,26	R\$ 178,70	R\$ 37,93	21,23%	R\$ 178,70 (Média)	R\$ 1.787,00	
16	1.100	peça	Guia funda para divisória, em aço naval na cor preta, com as dimensões de 3 metros x 35 mm x 20 mm.	R\$ 14,21	-	-	R\$ 69,00 (Descartado)	R\$ 24,00	-	R\$ 52,69	-	R\$ 14,40	R\$ 34,86	R\$ 24,73	R\$ 59,59	R\$ 26,33	R\$ 18,16	68,97%	R\$ 19,20 (Mediana)	R\$ 21.120,00	
17	500	peça	Guia rasa, (perfil U) em aço naval na cor preta, para divisórias 35mm com as dimensões de 3 metros x 35mm x 15mm.	R\$ 37,00	-	-	R\$ 59,00 (Descartado)	R\$ 18,00	-	-	-	R\$ 13,45	R\$ 31,86	R\$ 20,77	R\$ 52,63	R\$ 22,82	R\$ 12,49	54,73%	R\$ 18,00 (Mediana)	R\$ 9.000,00	
18	50	jogo	Leito e baguete para divisória em aço naval na cor preta com as dimensões de 2,5 metros x 35mm.	R\$ 23,29	-	-	R\$ 39,00 (Descartado)	R\$ 24,00	-	-	-	-	R\$ 28,76	R\$ 8,87	R\$ 37,63	R\$ 23,65	R\$ 0,50	2,11%	R\$ 23,65 (Média)	R\$ 1.182,50	
19	1.500	peça	Travessa para divisória, em aço naval na cor preta, com as dimensões de 3 metros x 35mm x 20mm	R\$ 37,90	R\$ 32,91	-	-	-	-	-	-	R\$ 17,47	R\$ 29,43	R\$ 10,65	R\$ 40,08	R\$ 29,43	R\$ 10,65	36,19%	R\$ 29,43 (Média)	R\$ 44.145,00	
20	40	peça	Montante para divisória (Tampa), em aço naval na cor preta, com as dimensões de 3 metros por 35mm.	R\$ 52,90	R\$ 26,51	-	-	-	-	R\$ 155,00 (Descartado)	-	-	R\$ 78,14	R\$ 67,86	R\$ 146,00	R\$ 39,71	R\$ 18,66	46,99%	R\$ 39,71 (Mediana)	R\$ 1.588,20	
21	20	peça	Trava de segurança de embutir, para portas de 30 mm a 40 mm.	R\$ 326,90 (Descartado)	R\$ 137,41	R\$ 164,00	-	-	-	R\$ 121,50	-	-	R\$ 187,45	R\$ 94,60	R\$ 282,05	R\$ 140,97	R\$ 21,47	15,23%	R\$ 140,97 (Média)	R\$ 2.819,40	
22	80	lata de 500ml	Espuma de Poliuretano expansível em Spray (lata de 500ml).	R\$ 66,74 (Descartado)	R\$ 30,00	R\$ 26,95	-	-	-	R\$ 22,90	-	R\$ 20,00	R\$ 33,32	R\$ 19,07	R\$ 52,39	R\$ 24,96	R\$ 4,40	17,63%	R\$ 24,96 (Média)	R\$ 1.996,80	
23	30	lata	Adesivo de contato.	R\$ 219,90	R\$ 208,43	R\$ 204,20	-	-	-	R\$ 83,96	-	-	R\$ 179,12	R\$ 63,79	R\$ 242,91	R\$ 179,12	R\$ 63,79	35,61%	R\$ 179,12 (Média)	R\$ 5.373,60	

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000016935-8									OBJETO:	Aquisição de materiais de marcenaria							R\$ 573.360,50
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Internet/ Empresa	Preço 05 Empresa	Preço 06 Empresa	Preço 07 Preço Público	Preço 08 Empresa	Preço 9 Pregão TRE 90065/24	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total	
24	100	frasco c/ 1 kg	Adesivo em emulsão aquosa à base de PVA (cola branca).	R\$ 64,50	R\$ 63,99	R\$ 54,00	-	-	-	R\$ 44,79	-	-	R\$ 56,82	R\$ 9,36	R\$ 66,18	R\$ 56,82	R\$ 9,36	16,47%	R\$ 56,82 (Média)	R\$ 5.682,00	
25	10	chapa	Chapa de compensado laminado folheado de pinus de 2,20 x 1,60m com 4 mm de espessura, com acabamento folheado no padrão freijó	R\$ 386,58	R\$ 364,05	R\$ 395,00	R\$ 579,98 (Descartado)	-	R\$ 109,22	-	R\$ 365,00	-	R\$ 366,64	R\$ 150,33	R\$ 516,97	R\$ 323,97	R\$ 120,80	37,29%	R\$ 323,97 (Média)	R\$ 3.239,70	
26	20	chapa	Chapa de compensado laminado folheado de pinus de 2,20 x 1,60m com 6 mm de espessura, com acabamento folheado no padrão frejó.	R\$ 694,50	R\$ 420,99		-	-	R\$ 140,40		R\$ 700,00	-	R\$ 488,97	R\$ 266,39	R\$ 755,36	R\$ 488,97	R\$ 266,39	54,48%	R\$ 488,97 (Média)	R\$ 9.779,40	
27	30	chapa	Chapa de compensado laminado prensado de virola, medindo 2,20 X 1,60 m, por 10 mm de espessura.	R\$ 148,23	R\$ 178,90	R\$ 209,00 (Descartado)	-	-	R\$ 189,47	R\$ 185,00	R\$ 170,00	-	R\$ 180,10	R\$ 20,33	R\$ 200,43	R\$ 174,32	R\$ 16,31	9,36%	R\$ 174,32 (Média)	R\$ 5.229,60	
28	50	chapa	Chapa de compensado laminado prensado de virola, medindo 2,20 X 1,60 m, por 15 mm de espessura.	R\$ 230,00	R\$ 254,90	R\$ 385,25 (Descartado)	-	-	R\$ 277,49	R\$ 249,00	R\$ 240,00	-	R\$ 272,77	R\$ 57,38	R\$ 330,15	R\$ 250,28	R\$ 17,89	7,15%	R\$ 250,28 (Média)	R\$ 12.514,00	
29	50	chapa	Chapa de compensado laminado prensado de virola, medindo 2,20 X 1,60 m, por 20 mm de espessura.	R\$ 339,00	R\$ 276,24	R\$ 297,90	-	-	R\$ 420,23 (Descartado)	R\$ 270,19	R\$ 310,00	-	R\$ 318,93	R\$ 55,47	R\$ 374,40	R\$ 298,67	R\$ 27,70	9,27%	R\$ 298,67 (Média)	R\$ 14.933,50	
30	30	chapa	Chapa de madeirite prensada com resina fenólica medindo 1,10 m de largura x 2,20 m de comprimento, com 20 mm de espessura.	R\$ 178,30	R\$ 174,03	-	-	-	-	R\$ 245,00 (Descartado)	-	-	R\$ 199,11	R\$ 39,80	R\$ 238,91	R\$ 176,17	R\$ 3,02	1,71%	R\$ 176,17 (Média)	R\$ 5.285,10	
31	30	chapa	Chapa de madeirite prensada com resina fenólica medindo 1,10 m de largura x 2,20 m de comprimento, com 15 mm ou 14 mm de espessura.	R\$ 159,90	R\$ 154,90	-	-	-	-	R\$ 175,00 (Descartado)	-	-	R\$ 163,27	R\$ 10,46	R\$ 173,73	R\$ 157,40	R\$ 3,54	2,25%	R\$ 157,40 (Média)	R\$ 4.722,00	
32	30	chapa	Chapa de madeirite prensada com resina fenólica medindo 1,10 m de largura x 2,20 m de comprimento, com 10 mm de espessura.	R\$ 99,90	R\$ 91,66	-	-	-	-	R\$ 108,00 (Descartado)	-	-	R\$ 99,83	R\$ 8,17	R\$ 108,00	R\$ 99,85	R\$ 5,83	5,84%	R\$ 99,85 (Média)	R\$ 2.995,50	
33	1.000	painel	Painel de divisória modular tipo piso-teto	R\$ 219,90 (Descartado)	R\$ 198,00	-	-	-	-	R\$ 144,74	-	R\$ 166,55	R\$ 182,30	R\$ 33,26	R\$ 215,56	R\$ 169,76	R\$ 26,78	15,78%	R\$ 169,76 (Média)	R\$ 169.760,00	

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000016935-8									OBJETO:	Aquisição de materiais de marcenaria							R\$ 573.360,50	
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Internet/ Empresa	Preço 05 Empresa	Preço 06 Empresa	Preço 07 Preço Público	Preço 08 Empresa	Preço 9 Pregão TRE 90065/24	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total		
34	50	peça	Porta de divisória tipo naval.	R\$ 189,99	-	-	-	-	-	R\$ 179,99	-	R\$ 157,38	R\$ 175,79	R\$ 16,71	R\$ 192,50	R\$ 175,79	R\$ 16,71	9,51%	R\$ 175,79 (Média)	R\$ 8.789,50		
35	20	folha	Folha de laminado em fórmica branca, textura fosca, para forrar madeira, medindo 3,08 x 1,25m.	R\$ 246,38	-	-	-	R\$ 170,00	-	R\$ 264,67 (Descartado)	R\$ 167,00	-	R\$ 212,01	R\$ 50,81	R\$ 262,82	R\$ 194,46	R\$ 44,99	23,14%	R\$ 194,46 (Média)	R\$ 3.889,20		
36	30	folha	Folha de laminado em fórmica preta, textura fosca, para forrar madeira, medindo 3,08 x 1,25m.	R\$ 452,94 (Descartado)	-	-	-	R\$ 230,00	-	-	R\$ 240,00	-	R\$ 235,00	R\$ 125,93	R\$ 360,93	R\$ 235,00	R\$ 7,07	3,01%	R\$ 235,00 (Média)	R\$ 7.050,00		
37	30	folha	Folha de laminado em fórmica na cor ovo textura fosca, para forrar madeira, medindo 3,08 x 1,25m.	R\$ 357,63 (Descartado)	R\$ 246,38	-	-	R\$ 170,00	-	-	R\$ 167,00	-	R\$ 235,25	R\$ 89,47	R\$ 324,72	R\$ 194,46	R\$ 44,99	23,14%	R\$ 194,46 (Média)	R\$ 5.833,80		
38	30	folha	Folha de laminado em fórmica freijó, textura fosca, para forrar madeira, medindo 3,08 x 1,25m.	R\$ 579,52	R\$ 569,90	R\$ 474,90	-	R\$ 488,00	-	-	R\$ 550,00	-	R\$ 532,46	R\$ 47,99	R\$ 580,45	R\$ 532,46	R\$ 47,99	9,01%	R\$ 532,46 (Média)	R\$ 15.973,80		
39	40	peça	Fechadura de embutir em portas de 30 mm a 40 mm, com acabamento cromado, maçaneta tipo "L". Cilindro com corpo em zamac, miolo e chaves (fina)	R\$ 104,43	R\$ 83,90	-	-	-	-	R\$ 59,99	-	-	R\$ 82,77	R\$ 22,24	R\$ 105,01	R\$ 82,77	R\$ 22,24	26,87%	R\$ 82,77 (Média)	R\$ 3.310,80		
40	20	peça	Fechadura de embutir em portas de 30 mm a 40 mm, com acabamento cromado, maçaneta tipo "L". Cilindro incorporado com corpo em zamac e chave tetra.	R\$ 352,00	R\$ 339,25	R\$ 265,85	-	-	-	-	-	-	R\$ 319,03	R\$ 46,50	R\$ 365,53	R\$ 319,03	R\$ 46,50	14,58%	R\$ 319,03 (Média)	R\$ 6.380,60		
41	20	peça	Fechadura de embutir em portas de 30 mm a 40 mm, para banheiro.	R\$ 203,99 (Descartado)	R\$ 161,91	R\$ 139,40	-	-	-	R\$ 147,00		R\$ 60,00	R\$ 142,46	R\$ 52,43	R\$ 194,89	R\$ 127,08	R\$ 45,69	35,95%	R\$ 127,08 (Média)	R\$ 2.541,60		
42	50	peça	Fechadura de embutir para perfil estreito, (para instalar em porta de ferro) com acabamento cromado, maçaneta tipo "L"	R\$ 210,00	R\$ 168,00	R\$ 168,00	-	-	-	-	-	R\$ 63,00	R\$ 152,25	R\$ 62,71	R\$ 214,96	R\$ 152,25	R\$ 62,71	41,19%	R\$ 152,25 (Média)	R\$ 7.612,50		
43	55	peça	Fechadura tubular (cilíndrica) para porta de divisória com botão (apertar), com acabamento em metal cromado ou inox.	R\$ 206,10	R\$ 196,93	R\$ 185,00	-	-	-	R\$ 72,75	-	R\$ 75,00	R\$ 147,16	R\$ 67,32	R\$ 214,48	R\$ 147,16	R\$ 67,32	45,75%	R\$ 147,16 (Média)	R\$ 8.093,80		

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000016935-8									OBJETO:	Aquisição de materiais de marcenaria							R\$ 573.360,50
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Internet/ Empresa	Preço 05 Empresa	Preço 06 Empresa	Preço 07 Preço Público	Preço 08 Empresa	Preço 9 Pregão TRE 90065/24	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total	
44	100	peça	Fechadura tubular (cilíndrica) para porta de divisória com botão (apertar), com acabamento em metal na cor preta.	R\$ 219,90 (Descartado)	R\$ 162,90	R\$ 153,00	-	-	-	R\$ 116,00	-	-	R\$ 162,95	R\$ 43,00	R\$ 205,95	R\$ 143,97	R\$ 24,72	17,17%	R\$ 143,97 (Média)	R\$ 14.397,00	
45	75	peça	Vidro liso incolor transparente na medida de 1,20m x 1,00m. com espessura de 4mm.	R\$ 240,00	-	-	-	-	-	R\$ 207,00	-	R\$ 109,00	R\$ 185,33	R\$ 68,13	R\$ 253,46	R\$ 185,33	R\$ 68,13	36,76%	R\$ 185,33 (Média)	R\$ 13.899,75	
46	30	peça	Vidro cancelado incolor na medida de 1,20m x 1,00m. com espessura de 4mm.	R\$ 264,00	-	-	-	-	-	R\$ 246,00	-	R\$ 105,00	R\$ 205,00	R\$ 87,07	R\$ 292,07	R\$ 205,00	R\$ 87,07	42,47%	R\$ 205,00 (Média)	R\$ 6.150,00	
GRUPO 1																				R\$ 3.833,21	
47	47	peça	Aldraba (porta cadeado) medindo 2" ou 51 mm.	R\$ 39,64 (Descartado)	R\$ 19,36	-	-	-	-	R\$ 8,90	-	-	R\$ 22,63	R\$ 15,63	R\$ 38,26	R\$ 14,13	R\$ 7,40	52,37%	R\$ 14,13 (Média)	R\$ 664,11	
48	100	peça	Aldraba (porta cadeado) medida: 2 ½" (63 mm).	R\$ 9,10 (Descartado)	R\$ 6,99	-	-	-	-	R\$ 5,00	-	R\$ 3,50	R\$ 6,15	R\$ 2,43	R\$ 8,58	R\$ 5,16	R\$ 1,75	33,91%	R\$ 5,00 (Mediana)	R\$ 500,00	
49	80	peça	Aldraba (porta cadeado) medida 3 1/4" (82,5 mm) a 3 ½" (89 mm).	R\$ 17,90 (Descartado)	R\$ 14,90	-	-	-	-	R\$ 10,30	-	R\$ 7,01	R\$ 12,53	R\$ 4,83	R\$ 17,36	R\$ 10,74	R\$ 3,96	36,87%	R\$ 10,30 (Mediana)	R\$ 824,00	
50	40	peça	Aldraba (porta cadeado) medida 4 ½" (114 mm) a 5" (127 mm),	R\$ 29,73 (Descartado)	R\$ 26,00	-	-	-	-	R\$ 11,50	-	R\$ 16,09	R\$ 20,83	R\$ 8,47	R\$ 29,30	R\$ 17,86	R\$ 7,41	41,49%	R\$ 16,09 (Mediana)	R\$ 643,60	
51	50	peça	Fecho de sobrepor fio redondo (ferrolho).	R\$ 21,03	R\$ 16,99	R\$ 12,90	-	-	-	R\$ 21,42	-	R\$ 8,80	R\$ 16,23	R\$ 5,40	R\$ 21,63	R\$ 16,23	R\$ 5,40	33,27%	R\$ 16,23 (Média)	R\$ 811,50	
52	40	peça	Tarjeta, fio redondo, 76 mm	R\$ 11,85	R\$ 10,60	R\$ 10,44	-	-	-	R\$ 6,09	-	-	R\$ 9,75	R\$ 2,52	R\$ 12,27	R\$ 9,75	R\$ 2,52	25,85%	R\$ 9,75 (Média)	R\$ 390,00	
GRUPO 2																				R\$ 7.285,70	
53	30	peça	Dobradiças com pino e bola. Tamanho: 2" x 1½".	R\$ 22,62	R\$ 9,99	-	-	-	-	-	-	R\$ 18,01	R\$ 16,87	R\$ 6,39	R\$ 23,26	R\$ 16,87	R\$ 6,39	37,88%	R\$ 16,87 (Média)	R\$ 506,10	

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000016935-8									OBJETO:	Aquisição de materiais de marcenaria							R\$ 573.360,50
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Internet/ Empresa	Preço 05 Empresa	Preço 06 Empresa	Preço 07 Preço Público	Preço 08 Empresa	Preço 9 Pregão TRE 90065/24	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total	
54	100	peça	Dobradiças com pino e bola. Tamanho: 3" x 2½".	R\$ 40,38	-	-	-	-	-	R\$ 27,62	-	R\$ 13,80	R\$ 27,27	R\$ 13,29	R\$ 40,56	R\$ 27,27	R\$ 13,29	48,73%	R\$ 27,27 (Média)	R\$ 2.727,00	
55	110	peça	Dobradiças com pino e bola. Tamanho: 3½" x 3".	R\$ 63,80 (Descartado)	R\$ 26,16	-	-	-	-	R\$ 24,70	-	R\$ 10,61	R\$ 31,32	R\$ 22,76	R\$ 54,08	R\$ 20,49	R\$ 8,59	41,92%	R\$ 20,49 (Média)	R\$ 2.253,90	
56	60	peça	Dobradiça de pressão curva.	R\$ 16,99	R\$ 9,60	-	-	-	-	R\$ 24,31	-	-	R\$ 16,97	R\$ 7,36	R\$ 24,33	R\$ 16,97	R\$ 7,36	43,37%	R\$ 16,97 (Média)	R\$ 1.018,20	
57	50	peça	Dobradiça em ferro, tipo perfil painel para porta de divisória com acabamento na cor preta. Tamanho: 3" x 2½"	R\$ 31,72 (Descartado)	R\$ 16,89	R\$ 15,63	-	-	-	-	-	R\$ 14,30	R\$ 19,64	R\$ 8,13	R\$ 27,77	R\$ 15,61	R\$ 1,30	8,33%	R\$ 15,61 (Média)	R\$ 780,50	
GRUPO 3																				R\$ 36.890,50	
58	300	m²	Forro termo-acústico.	R\$ 114,83	R\$ 114,53	R\$ 104,53	-	-	-	R\$ 103,99	-	R\$ 70,20	R\$ 101,62	R\$ 18,32	R\$ 119,94	R\$ 101,62	R\$ 18,32	18,03%	R\$ 101,62 (Média)	R\$ 30.486,00	
59	100	peça	Perfil Principal Longarina Forro Modular T15 3125mm	R\$ 22,94	R\$ 22,28	-	-	R\$ 15,00	-	R\$ 19,44	-	-	R\$ 19,92	R\$ 3,61	R\$ 23,53	R\$ 19,92	R\$ 3,61	18,12%	R\$ 19,92 (Média)	R\$ 1.992,00	
60	500	peça	Perfil Secundário Travessa Forro Modular T15 1250mm	R\$ 12,26 (Descartado)	R\$ 7,64	R\$ 7,60	-	R\$ 6,00	-	-	-	-	R\$ 8,38	R\$ 2,70	R\$ 11,08	R\$ 7,08	R\$ 0,94	13,28%	R\$ 7,08 (Média)	R\$ 3.540,00	
61	50	peça	Perfil Cantoneira Forro Modular 3000mm	R\$ 19,90	-	-	-	R\$ 15,00	-	R\$ 30,15 (Descartado)	-	-	R\$ 21,68	R\$ 7,73	R\$ 29,41	R\$ 17,45	R\$ 3,46	19,83%	R\$ 17,45 (Média)	R\$ 872,50	
GRUPO 4																				R\$ 13.754,80	
62	20	peça	Cantoneira em alumínio 1/2" x 1/2" x 1/8", com 6 metros, de abas iguais.	R\$ 240,00	R\$ 174,00	-	-	-	-	R\$ 219,59	-	-	R\$ 211,20	R\$ 33,79	R\$ 244,99	R\$ 211,20	R\$ 33,79	16,00%	R\$ 211,20 (Média)	R\$ 4.224,00	
63	30	peça	Cantoneira de abas iguais em alumínio, com 1" x 1" x 1/8", e comprimento de 6 metros.	R\$ 151,56	-	-	-	-	-	R\$ 140,79	-	R\$ 167,40 (Descartado)	R\$ 153,25	R\$ 13,39	R\$ 166,64	R\$ 146,18	R\$ 7,62	5,21%	R\$ 146,18 (Média)	R\$ 4.385,40	
64	20	peça	Cantoneira em alumínio 2" x 2" x 1/8", com 6 metros, de abas iguais.	R\$ 441,36 (Descartado)	R\$ 303,48	-	-	-	-	R\$ 231,34	-	R\$ 237,00	R\$ 303,30	R\$ 97,70	R\$ 401,00	R\$ 257,27	R\$ 40,12	15,59%	R\$ 257,27 (Média)	R\$ 5.145,40	
GRUPO 5																				R\$ 7.466,40	
65	60	peça	Cadeado autoblocável de 35mm .	R\$ 65,29	R\$ 63,25	-	-	-	-	R\$ 43,48	-	R\$ 22,44	R\$ 48,62	R\$ 20,03	R\$ 68,65	R\$ 48,62	R\$ 20,03	41,20%	R\$ 48,62 (Média)	R\$ 2.917,20	

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000016935-8									OBJETO:	Aquisição de materiais de marcenaria							R\$ 573.360,50
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Internet/ Empresa	Preço 05 Empresa	Preço 06 Empresa	Preço 07 Preço Público	Preço 08 Empresa	Preço 9 Pregão TRE 90065/24	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total	
66	60	peça	Cadeado autoblocável de 40mm.	R\$ 49,00	R\$ 46,21	-	-	-	-	R\$ 44,86	-	R\$ 33,60	R\$ 43,42	R\$ 6,77	R\$ 50,19	R\$ 43,42	R\$ 6,77	15,59%	R\$ 43,42 (Média)	R\$ 2.605,20	
67	40	peça	Cadeado autoblocável de 50mm.	R\$ 76,00 (Descartado)	R\$ 65,48	-	-	-	-	R\$ 48,60	-	R\$ 32,01	R\$ 55,52	R\$ 19,32	R\$ 74,84	R\$ 48,70	R\$ 16,74	34,37%	R\$ 48,60 (Mediana)	R\$ 1.944,00	
GRUPO 6																				R\$ 3.414,00	
68	200	metro	Fita de acabamento para borda, em PVC, com 22mm de largura x 0,4mm de espessura, rolo com 20 metros, na cor branca lisa.	R\$ 2,24 (Descartado)	-	-	R\$ 1,95	-	-	R\$ 0,68	R\$ 0,70	-	R\$ 1,39	R\$ 0,82	R\$ 2,21	R\$ 1,11	R\$ 0,73	65,77%	R\$ 0,70 (Mediana)	R\$ 140,00	
69	200	metro	Fita de acabamento para borda, em PVC, com 22mm de largura x 0,4mm de espessura, rolo com 20 metros, na cor preta lisa.	R\$ 2,64	R\$ 2,19	-	R\$ 1,95	-	-	-	R\$ 0,70	-	R\$ 1,87	R\$ 0,83	R\$ 2,70	R\$ 1,87	R\$ 0,83	44,39%	R\$ 1,87 (Média)	R\$ 374,00	
70	200	metro	Fita de acabamento para borda, em PVC, com 22mm de largura x 0,4mm de espessura, rolo com 20 metros, na cor bege lisa.	R\$ 2,02	R\$ 1,99	-	R\$ 1,95	-	-	-	R\$ 1,70	-	R\$ 1,92	R\$ 0,15	R\$ 2,07	R\$ 1,92	R\$ 0,15	7,81%	R\$ 1,92 (Média)	R\$ 384,00	
71	200	metro	Fita de acabamento para borda, em PVC, com 22mm de largura x 0,4mm de espessura, rolo com 20 metros, freijó, padrão madeira.	R\$ 2,43	R\$ 2,30	-	R\$ 3,95 (Descartado)	-	-	-	R\$ 2,75	-	R\$ 2,86	R\$ 0,75	R\$ 3,61	R\$ 2,49	R\$ 0,23	9,24%	R\$ 2,49 (Média)	R\$ 498,00	
72	200	metro	Fita de acabamento para borda, em PVC, com 35mm de largura x 0,4mm de espessura, rolo com 20 metros, na cor branca lisa.	R\$ 3,56 (Descartado)	-	-	R\$ 2,95	-	-	R\$ 0,87	R\$ 1,30	-	R\$ 2,17	R\$ 1,29	R\$ 3,46	R\$ 1,71	R\$ 1,10	64,33%	R\$ 1,30 (Mediana)	R\$ 260,00	
73	200	metro	Fita de acabamento para borda, em PVC, com 35mm de largura x 0,4mm de espessura, rolo com 20 metros, na cor preta lisa.	R\$ 1,99	R\$ 1,96	-	R\$ 1,95	-	-	-	R\$ 1,75	-	R\$ 1,91	R\$ 0,11	R\$ 2,02	R\$ 1,91	R\$ 0,11	5,76%	R\$ 1,91 (Média)	R\$ 382,00	
74	200	metro	Fita de acabamento para borda, em PVC, com 35mm de largura x 0,4mm de espessura, rolo com 20 metros, na cor bege lisa.	R\$ 3,49	-	R\$ 2,89	R\$ 6,95 (Descartado)	-	-	-	R\$ 3,25	-	R\$ 4,15	R\$ 1,89	R\$ 6,04	R\$ 3,21	R\$ 0,30	9,35%	R\$ 3,21 (Média)	R\$ 642,00	
75	200	metro	Fita de acabamento para borda, em PVC, com 35mm de largura x 0,4mm de espessura, rolo com 20 metros, freijó, padrão madeira.	R\$ 3,87	R\$ 3,60	-	R\$ 3,95	-	-	-	R\$ 3,25	-	R\$ 3,67	R\$ 0,32	R\$ 3,99	R\$ 3,67	R\$ 0,32	8,72%	R\$ 3,67 (Média)	R\$ 734,00	

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000016935-8									OBJETO:	Aquisição de materiais de marcenaria						R\$ 573.360,50
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Internet	Preço 02 Internet	Preço 03 Internet	Preço 04 Internet/ Empresa	Preço 05 Empresa	Preço 06 Empresa	Preço 07 Preço Público	Preço 08 Empresa	Preço 9 Pregão TRE 90065/24	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total
GRUPO 7																				R\$ 1.880,21
76	20	peça	Tábua de pinus de 1ª (acabamento) aparelhada de 2cm x 10 cm com 3 m de comprimento.	R\$ 74,70 (Descartado)	R\$ 43,19	R\$ 29,77	-	-	-	R\$ 11,95	-	-	R\$ 39,90	R\$ 26,49	R\$ 66,39	R\$ 28,30	R\$ 15,67	55,37%	R\$ 28,30 (Média)	R\$ 566,00
77	11	peça	Tábua de pinus de 1ª (acabamento) aparelhada de 2cm x 30 cm com 3 m de comprimento.	R\$ 83,13 (Descartado)	R\$ 71,45	R\$ 52,64	-	-	-	R\$ 47,80	-	-	R\$ 63,76	R\$ 16,46	R\$ 80,22	R\$ 57,30	R\$ 12,49	21,80%	R\$ 57,30 (Média)	R\$ 630,30
78	9	peça	Caibro de maçaranduba, aparelhado de 6cm x 3,5cm com 5 metros de comprimento.	R\$ 98,80	R\$ 91,50	-	R\$ 66,25	-	R\$ 68,25	R\$ 32,50	R\$ 95,00	R\$ 79,63	R\$ 75,99	R\$ 23,03	R\$ 99,02	R\$ 75,99	R\$ 23,03	30,31%	R\$ 75,99 (Média)	R\$ 683,91

(*) Item não atende às especificações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS COORDENADORIA DE ENGENHARIA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO [Lei 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso I]

O presente estudo preliminar visa atender às demandas decorrentes da manutenção preventiva, corretiva e estruturante das diversas unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

A contratação se justifica dada a degradação natural da infraestrutura e a necessidade atual e ocasional que o TRE-RJ tem de conservar e manter suas instalações, propiciando ambientes confortáveis e adequados para a realização das atividades laborais, com preservação do patrimônio público.

Justifica-se ainda pela inexistência, no quadro de servidores do TRE-RJ, de profissionais suficientes e/ou habilitados para este serviço, assim como pela ausência dos materiais no estoque deste Regional em quantidade e/ou qualidade suficientes para o atendimento desta demanda.

II – DATA PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA

Dezembro de 2025.

III - CONEXÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE [Art. 18, § 1º, inciso II]

A solicitação se alinha com o Planejamento Estratégico 2021-2026 do TRE-RJ, especialmente no que diz respeito ao Objetivo Estratégico 13: “Aperfeiçoar a Infraestrutura - Refere-se ao fornecimento e aperfeiçoamento da infraestrutura física e de recursos materiais adequados (instalações, mobiliário, logística e equipamentos), pautando-se por critérios de acessibilidade, sustentabilidade, segurança e saúde ocupacional, a fim de assegurar o bom andamento das atividades institucionais do TRE-RJ”.

Conforme indicado no DFD desta solicitação (id [4498046](#)), esta contratação não estava prevista no plano de contratações de 2025. Pedido extra plano 46/2025.

IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO, COM JUSTIFICATIVAS QUE AS RELACIONE À DEMANDA [Art. 18, § 1º, inciso IV]

Os materiais e/ou equipamentos terão sua quantidade calculada e definida com base na memória de cálculo que será apresentada como anexo ao Termo de Referência (TR), levando em consideração o estoque e o consumo médio mensal do material durante os últimos 12 meses, podendo ser feitos ajustes, devidamente justificados.

Apesar de não haver previsão desta contratação no PCA/2025, conforme mencionado no DFD (id [4498046](#)), esta contratação justifica-se na modalidade “extra-plano” pois, na última licitação, de novembro/2024, processo 2024.0.000017242-5, diversos itens não foram recebidos:

O grupo 5 (itens 27 ao 39) não foi licitado conforme parecer ASJURI id [4207924](#);

Os grupos 1 e 2 (itens 1 ao 15) foram adjudicados para o licitante Hidroluz (2024NE001614) mas não foram entregues. Conforme despacho Coeng id 4454185, no processo de pagamento 2024.0.000052062-8, a 2024NE001614 foi cancelada.

O item 21 apesar de adjudicado ao Licitante El Dourado, 2024NE001615, não foi entregue.

Além disso, há previsão de adequações de grande porte nos cartórios de Campos, Jardim Botânico e Niterói. E ainda, mudança para novas sedes nos cartórios de Nova Iguaçu, Silva Jardim, Carmo, Conceição de Macabu, B. J. Itabapoana, Magé e Maricá, onde haverá muita demanda de materiais de marcenaria.

A estimativa das quantidades levará em conta também a possibilidade de prorrogação das Atas de Registro de Preços, com a renovação das quantidades iniciais, uma vez que há a necessidade recorrente desses materiais, com previsão de aquisição na minuta do Plano de Contratações de 2026.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR [Art. 18, § 1º, inciso V]

A) LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram identificadas as seguintes soluções viáveis para o atendimento da demanda:

Solução 1: Atender as necessidades de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante através da contratação de empresa prestadora de serviços para operação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, sem o fornecimento de materiais pela empresa contratada. Neste caso, o TRE-RJ é responsável pelo fornecimento dos materiais necessários aos serviços de manutenção.

Solução 2: Atender as necessidades de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante através da contratação de empresa prestadora de serviços para operação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, com o fornecimento de materiais pela empresa contratada.

Solução 3: Atender as necessidades de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante através da contratação de empresa prestadora por demanda de serviço, em que diferentemente das soluções anteriores, os profissionais não são diretamente disponibilizados ao TRE-RJ, sendo a empresa contratada responsável por atender diretamente a demanda, executando diretamente as Ordens de Serviço, com fornecimento de materiais.

Solução 4: Atender as necessidades de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante de forma híbrida/mista, através contratação de empresa prestadora por demanda de serviço e para operação de postos de trabalhos com dedicação exclusiva de mão de obra.

Solução 5: Aquisição de materiais e/ou equipamentos para atendimento das demandas de manutenção predial corretiva, preventiva e estruturante.

Realizou-se a pesquisa em outros órgãos públicos, conforme será exposto neste tópico. Entretanto, não foram levantados os custos apurados para todas as soluções deste item V, devido as diversas soluções possíveis (postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, demanda de serviço, modelo híbrido/misto, todos com possibilidade de inclusão ou não do fornecimento de materiais), e a atual vigência no TRE-RJ do contrato 001/2023 de manutenção predial com postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, sem o fornecimento de materiais. Detalhou-se o seguinte levantamento:

-TRE-RJ: Postos de Trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, sem o fornecimento de materiais. O atual contrato 001/2023 ([2022.0.000029543-5](#)) iniciou-se (id [2947791](#)) com valor total global de R\$ 15.778.192,95; 96 postos de trabalho e vigência até 31/01/2025. Foi recentemente prorrogado (id [4281123](#)) por mais 24 meses, com nova expiração em 31/01/2027, 110 postos de trabalho e novo valor global de R\$ 18.373.039,18.

-TRE-SP: Conforme processo SEI [2022.0.000029543-5](#) (id's [2600596](#) e [2600597](#)), modalidade de contratação por mão de obra exclusiva com emprego de ferramentas e equipamentos pela empresa contratada. O contrato contempla 38 postos de trabalho. Teve início em 27/02/2020, com previsão de

renovações anuais, conforme previsão de lei. Houve aditivo em 20/4/21 e estabeleceu-se vigência do contrato original até 26/02/2022, com valor global de R\$ 4.866.340,67.

-TRF2: Conforme processo SEI [2022.0.000029543-5](#) (id's [2600587](#), [2600590](#) e [2600592](#)), contrato original assinado em 08/02/19, para contratação de mão de obra, material, equipamentos e ferramentas, com prazo de 24 meses. Inicialmente, com previsão de 25 postos de trabalho. Houve, um primeiro aditamento para aumento dos postos de trabalho, totalizando-se, 29, em 06/09/19. O contrato teve outro aditamento em 30/12/2020, com valor global repactuado em R\$ 4.014.739,72 e vigência por mais 24 meses. O contrato prevê prorrogações por no máximo 60 meses.

B) SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Atualmente, destaca-se que está em vigor no TRE-RJ o contrato 001/2023 de manutenção predial com postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, SEM o fornecimento de materiais. Isto posto, a solução 1 presente neste item V, seria, em princípio, uma das soluções escolhidas pelo TRE-RJ para o atendimento a curto prazo da demanda de manutenção.

Entretanto, somente a solução 1, não é suficiente por si só para atender a demanda de manutenção, pois os materiais necessários para os serviços não são fornecidos pela empresa contratada. Sendo assim, optou-se pela escolha complementar da solução 5, em que o TRE-RJ deve adquirir os materiais e/ou equipamentos necessários aos serviços de manutenção. Caso eles não sejam adquiridos, pode-se concorrer, dentre outros, aos problemas descritos a seguir:

- a) Impedimento da execução do contrato 001/2023, em que a maioria das Ordens de Serviço (OS) executadas pelos profissionais necessitam de insumos (materiais e/ou equipamentos). São minoria as Ordens de Serviço que podem ser executadas apenas com a mão de obra;
- b) Não execução das manutenções, corretivas, preventivas e estruturantes;
- c) Interrupção do Serviço Público;
- d) Não atendimento ao Planejamento Estratégico 2021/2026, em especial ao Objetivo Estratégico 13 do mapa estratégico: Aperfeiçoar a Infraestrutura do TRE-RJ.

Justifica-se, portanto, a escolha da solução 5 (aquisição de materiais e/ou equipamentos necessários para o atendimento dos serviços de manutenção), que complementar a solução 1 (item V), a qual já foi implementada neste Tribunal através do contrato 01/2023.

Ressalta-se que a médio e longo prazo poderão ser adotadas as outras soluções identificadas neste item V. No momento, como o contrato 001/2023 ([2022.0.000029543-5](#) id [4281123](#)) foi prorrogado até 31/01/2027, esta continua sendo a melhor solução possível.

VI - DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA [Art. 18, § 1º, inciso VII]

A descrição completa da solução escolhida será realizada no Termo de Referência (TR).

VII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso VI]

A estimativa foi feita com base nos valores estimados dos itens fracassados (2024.0.000017242-5) somado as novas demandas totalizando R\$ 170.000,00.

VIII - PARCELAMENTO DO OBJETO [Art. 18, § 1º, inciso VIII]

O objeto será parcelado em itens por ser técnica e economicamente viável. Desta forma, alguns itens serão reunidos em grupo a fim de propiciar um maior interesse por parte das empresas e aumentar a competitividade, objetivando melhores propostas.

IX - RESULTADOS PRETENDIDOS/BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS [Art. 18, § 1º, inciso IX]

Pretende-se com a presente aquisição de insumos (materiais e/ou equipamentos), proporcionar um ambiente seguro, confortável e adequado às atividades laborais a todo o corpo funcional do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, mantendo as instalações em perfeito estado de funcionamento, através da realização de manutenções preventivas, corretivas e estruturantes.

Desta forma, o TRE-RJ poderá cumprir o seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais, financeiros disponíveis, observando-se, inclusive, as políticas de responsabilidade ambiental adotadas pelo Tribunal, primando, enfim, pelo interesse público.

X - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso III]

a) Esta contratação deverá seguir, no que couber, as normas técnicas Brasileiras da ABNT e/ou legislação específica, detalhadas, caso necessário, no Termo de Referência (TR).

b) A entrega do objeto da contratação será pontual, não sendo necessário cronograma.

c) As obrigações da contratada serão detalhadas no Termo de Referência (TR).

d) As obrigações do contratante serão detalhadas no Termo de Referência (TR).

e) As obrigações comuns às partes serão detalhadas no Termo de Referência (TR).

f) A presente contratação poderá ser compartilhada com outros órgãos públicos, com a adoção do procedimento público de IRP.

g) Em complementação ao item anterior, sugerimos um número máximo de até 3 participantes, em razão da capacidade operacional do TRE/RJ.

h) Ressaltamos que não foram encontrados IRPs em aberto no sistema compras.gov.br para o objeto desta aquisição.

XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO [Art. 18, § 1º, incisos X e XI]

11.1 Adequação de ambiente

Não aplicável, pois não são necessárias adequações do ambiente para a aquisição dos insumos (materiais e/ou equipamentos).

11.2 Recursos humanos

Não se aplica.

11.3 Impactos administrativos

Não se aplica.

11.4 Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica.

XII – COMPETÊNCIA ESPECÍFICA PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Não se aplica, pois não há a necessidade de fiscalização, uma vez que não há contrato, mas apenas emissão de nota de empenho.

XIII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/REQUISITOS AMBIENTAIS [Art. 18, § 1º, inciso XII]

Serão detalhados no Termo de Referência os itens que deverão apresentar:

- a) Certificado de Regularidade do IBAMA do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto a esse órgão se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na validade – de acordo com o art.17 inc. I e II da Lei Federal 6938/1981, bem como instrução normativa nº 6, de 15/03/13 do IBAMA.
- b) Documento de Origem Florestal - DOF, caso a madeira e ser fornecida seja de origem nativa, OU autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLOR, comprovando a utilização de madeira legal e de manejo florestal responsável ou reflorestamento.

XIV — INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO A SER UTILIZADA PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade pregão, com procedimento auxiliar de registro de preços, sob a forma eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei 14.133/2021.

XV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA [Art. 18, § 1º, inciso XIII]

A equipe de planejamento da contratação, após concluir os Estudos Técnicos Preliminares aqui registrados, declara ser viável a aquisição de insumos (materiais e/ou equipamentos) para manutenção predial.

XVI - DECLARAÇÃO SOBRE A RESTRIÇÃO DE ACESSO AOS ESTUDOS PRELIMINARES OU AO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de documento preparatório para licitação. Deve ter acesso restrito até a publicação de Edital de Licitação nos termos do Art. 7º, da Lei 12.527/2011).

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2025

MARCELO FERNANDES SOARES LEITE
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 25/08/2025, às 15:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

PAULO EDUARDO TRINDADE FEIJO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 26/08/2025, às 14:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RENEE ROCHA FIUSA
CHEFE DA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS



Documento assinado eletronicamente em 26/08/2025, às 14:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARCIO DIAS RODRIGUES
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 26/08/2025, às 19:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4578614** e o código CRC **3E76F6DB**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

Criado por [marcelo.leite](#), versão 4 por [marcelo.leite](#) em 25/08/2025 15:36:54.